



UNEB – UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DCET – DEPARTAMENTO DE CIENCIAS EXATAS E DA TERRA
CURSO DE URBANISMO

LAYUNNE MARIA CARVALHO MAGALHÃES

**PRÁTICAS DOS JOVENS NOS ESPAÇOS COLETIVOS: CIDADANIA E
MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

SALVADOR

2012

LAYUNNE MARIA CARVALHO MAGALHÃES

**PRÁTICAS DOS JOVENS NOS ESPAÇOS COLETIVOS: CIDADANIA E
MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Urbanismo, Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Miriam Medina Velasco

SALVADOR

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaboração: Sistema de Biblioteca da UNEB

Bibliotecária: Maria das Mercês Valverde – CRB 5/1109

Magalhães, Layunne Maria Carvalho

Práticas dos jovens nos espaços coletivos: cidadania e mobilização social / Layunne Maria Carvalho Magalhães. – Salvador, 2012.

58 f.

Orientadora: Miriam Medina Velasco

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Campus I. 2012.

Contém referências

1. Espaços públicos. 2. Interação social em adolescentes. 3. Sociologia urbana. 4. Escola Municipal Amélia Rodrigues - Camaçari (BA). I. Velasco, Miriam Medina. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Exatas e da Terra.

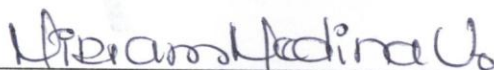
CDD: 307.76

LAYUNNE MARIA CARVALHO MAGALHÃES

Prática dos jovens nos espaços coletivos: Cidadania e Mobilização Social

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na disciplina Seminário Monográfico, como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo.

Aprovado em 21 de dezembro de 2012



Miriam Nohemy Medina Velasco

Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas pela Universidade de São Paulo
Docente Adjunto da Universidade do Estado da Bahia – Campus I



Liliâne Ferreira Mariano da Silva

Doutora em L'Etudes de l'Amerique Latine pelo Université Sorbonne Nouvelle - Paris III -, França
Docente da Universidade do Estado da Bahia



Marcia Maria Couto Mello
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia
Docente da Universidade Salvador

Aos meus filhos, Bernardo e Miguel, que num futuro próximo serão jovens, orientados desde já para exercer cidadania.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo monitoramento da minha força interior que me induziu a milhões de questionamentos e me fez buscar incessantemente pelas respostas;

À minha eterna Professora e Orientadora Miriam, que incansavelmente se fez “onipresente”, merecendo assim o meu mais sincero agradecimento pelo carinho e paciência;

Aos meus pais, Licia e Álvaro, pelo exemplo de luta e força de vontade, fazendo com que a chama do meu peito nunca se apagasse;

À Rodolfo, o amor imenso, a perseverança e os filhos, motivação maior para tudo isso;

À minha vó Margarida, a preocupação e a crença na minha luta, que tantas vezes até desacreditei;

À minha irmã Maria Clara e Rafael, pelo companheirismo e amizade eterna;

Ao meu irmão Pedro, pela demonstração de coragem perante a busca do que se deseja;

Aos grandes amigos Edmilson (Colegiado de Urbanismo), Avani e Marcelo, que foram tão importantes durante a minha jornada na UNEB;

Ao grupo gestor (Andreia, Robélia e Linda), colegas (Marlene e Sulzete) e alunos (Fluxos IV A, B e C – Turmas de 2012) da Escola Municipal Amélia Rodrigues, já que sem essa vivência, desenvolver esta pesquisa não seria possível.

RESUMO

MAGALHÃES, Layunne Maria Carvalho. **Práticas dos jovens nos espaços coletivos: Cidadania e Mobilização Social**; Prof^a. Orientadora Miriam Nohemy Medina Velasco, 58 f., Trabalho de Conclusão de Curso – UNEB, Salvador, 2012.

O presente trabalho constitui um estudo das práticas de interação e apropriação desenvolvidas em espaços coletivos por indivíduos em estado de juventude que tecem as suas relações com o mundo social. Tem como objetivo principal contribuir no entendimento e reflexão sobre as vivências e sociabilidade dos jovens nos espaços coletivos na procura de alternativas possíveis para o exercício da cidadania e a busca da mobilização social e engajamento nas questões coletivas. O espaço de referência para este estudo é a Escola Municipal Amélia Rodrigues, no Distrito de Monte Gordo, em Camaçari e mais especificamente as práticas socioespaciais dos jovens de 14 a 16 anos que moram em áreas urbanas e rurais e cursam as séries de Correção de Fluxo Anos Finais (cursando a 7^a e 8^a série num mesmo ano letivo) do Fundamental II. Para isto, foram utilizadas como técnicas para coleta de dados e estudo de campo a Observação Livre e a Observação Participante, assim como, aplicação de um questionário mediante contato direto e realização de um Grupo Focal (Focus Group). Através dos dados levantados, constatou-se que a integração social dos jovens é moldada a partir das relações que eles desenvolvem na escola, nas praças nos locais de trabalho e outros espaços coletivos que servem de cenário para práticas de lazer, esporte, consumo, trabalho entre outras. Configura-se assim a iniciação do processo de entendimento e construção coletiva da reflexão sobre as vivências e sociabilidade dos jovens nos espaços coletivos, no qual a escola é o cenário principal para as discussões entre os jovens, podendo se constituir em espaço de autonomia e integração coletiva.

Palavras-chave: Jovens. Práticas. Espaços Coletivos. Autonomia. Cidadania. Mobilização Social.

ABSTRACT

MAGALHÃES, Layunne Maria Carvalho. **Practices of young people in collective spaces: Citizenship and Social Mobilization**; Prof. Advisor Miriam Nohemy Medina Velasco, 58 f., Work Course Conclusion - UNEB, Salvador, 2012.

The present work is a study of the practices of interaction and collective spaces developed in ownership by individuals in a state of youth who weave their relations with the social world. Its main objective is to contribute to the understanding and reflection on the experiences of young people in sociability and collective spaces in the search for alternatives to the exercise of citizenship and the pursuit of social mobilization and engagement in collective issues. The space of reference for this study is the Municipal School Amelia Rodrigues, the District of Monte Gordo, in Camaçari and more specifically the socio-spatial practices of young people from 14 to 16 years who live in urban and rural areas and attend the series of Flow Correction Final years (attending the 7th and 8th grade in the same school year) of the Elementary II. For this, we used as techniques for data collection and field study Observation and Participant Observation Freedom, as well as a questionnaire through direct contact and completion of a Focus Group (Focus Group). Through the data collected, it was found that the social integration of young people is shaped from the relationships they develop in school, in the streets in workplaces and other collective spaces that serve as the backdrop for practical leisure, sport, consumption, labor among others. Set up so the initiation process of collective construction and understanding of reflection on vivencias and sociability of young people in collective spaces in which the school is the main setting for discussions among young people and may constitute space of autonomy and integration conference.

Keywords: Youth. Practices. Collective Spaces. Autonomy. Citizenship. Social Mobilization.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	Localização do Município de Camaçari no Estado da Bahia (Figura A) e na Região Metropolitana de Salvador (Figura B)	21
FIGURA 2 –	Divisão Territorial por Setor, Camaçari– BA 2011	23
FIGURA 3 –	Localidades da Orla do Distrito de Monte Gordo, Camaçari, 2004-2007	25
FIGURA 4 –	Densidade Demográfica Preliminar (Habitantes/Km ²) no distrito de Monte Gordo	27
FIGURA 5 –	Concentração de comércio e serviços de apoio metropolitano no distrito de Monte Gordo	29
FIGURA 6 –	Sistema Viário da localidade de Monte Gordo	30
FIGURA 7 –	Localização da Cidade do Saber em relação ao Distrito de Monte Gordo	33
FIGURA 8 –	Campo de Futebol Maria Pimenta	34
FIGURA 9 –	Escola Municipal Amélia Rodrigues	36
FIGURA 10 –	Largo São Bento	36
FIGURA 11 –	Largo do Corujão	36
FIGURA 12 –	Praça do Jacaré	36
FIGURA 13 –	Praça Bom Jesus (LAZER)	36
FIGURA 14 –	Praça da Cascalheira	37
FIGURA 15 –	Praça de Guarajuba	37
FIGURA 16 –	Praia de Guarajuba	37
FIGURA 17 –	Feira	38
FIGURA 18 –	Praça Bom Jesus (CONSUMO)	38
FIGURA 19 –	Principais localidades do distrito de Monte Gordo	40
FIGURA 20 –	Espaços coletivos de maior incidência das práticas dos jovens em Monte Gordo	44

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	Escolas públicas situadas na localidade de Monte Gordo	31
QUADRO 2 –	As práticas e os espaços coletivos onde ocorrem de acordo com o período do ano	45

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 –	População residente por situação de domicílio em Monte Gordo 1991-2000-2010	27
GRÁFICO 2 –	Porcentagem de jovens por dispersão de localidades	39
GRÁFICO 3 –	Porcentagem de jovens segundo a Renda e a Ocupação	41
GRÁFICO 4 –	Escala de renda segundo ocupação dos jovens	41

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	Número de habitantes segundo situação do domicílio no Município de Camaçari em 2010	22
TABELA 2 –	Evolução da População do município de Camaçari de 1970-2010	22
TABELA 3 –	População residente de acordo com a área em Monte Gordo, Camaçari, 2000-2010	26
TABELA 4 –	Evolução demográfica da população de Monte Gordo por Sexo e situação de domicílio 2000-2010	28

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	JOVENS E ESPAÇO	17
2.1	O ENTENDIMENTO DE ESPAÇOS COLETIVOS	19
2.2	PRÁTICAS ESPACIAIS E CIDADANIA	20
3	MONTE GORDO COMO FENÔMENO URBANO	22
3.1	HISTÓRICO DA URBANIZAÇÃO	27
3.2	USO DO SOLO E EQUIPAMENTOS	29
3.2.1	ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO	32
3.2.2	ESTABELECIMENTOS DE CULTURA	33
3.2.3	ESTABELECIMENTOS DE ESPORTE	34
3.2.4	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS	35
3.2.5	LAZER E ENTRETENIMENTO	36
3.2.6	ESTABELECIMENTOS DE CONSUMO	39
4	PERFIL DOS JOVENS DO ESTUDO	41
5	CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DOS JOVENS NOS ESPAÇOS COLETIVOS	46
6	CONCLUSÃO	53
	REFERÊNCIAS	55
	APÊNDICE	59

1 INTRODUÇÃO

Define-se como condição juvenil o modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional, mas também a sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais: renda, gênero, etnia (DAYRELL, 2007).

Partindo da análise do indivíduo em estado de juventude, pode-se afirmar que, conforme o passar dos anos, a condição de ser jovem envolve cada vez mais variações e transformações principalmente, determinadas pelas suas relações, seja com outros indivíduos, no âmbito familiar, escolar ou de trabalho, seja os espaços nos quais estão inseridos como comunidade, escola, e/ou espaços privados. Estas situações caracterizam as relações desses indivíduos, como pessoas ou em grupo, com o mundo social.

De acordo com Sposito (2010), um campo pouco investigado no conjunto de estudos sobre juventude situa-se no tema dos modos de vida de jovens a partir de seu local de moradia, considerado como um território de múltiplas relações sociais. Sendo assim, as práticas cotidianas deveriam ser analisadas, privilegiando-se sua dimensão transversal, envolvendo a escola, o trabalho, o lazer e a sociabilidade. Segundo a autora, o termo *sociabilidade juvenil* pode ser definido como conjunto intenso de relações que projetam em um só presente diversas temporalidades tornando a cidade a expressão de conflitos multifacetados, capazes de oferecer novas possibilidades de apropriação do tecido urbano por parte dos jovens.

A escola pode se considerar espaço determinante para propiciar as diversas relações interpessoais por ser a primeira instituição da sociedade na qual o indivíduo ainda criança pode atuar autonomamente como ser individual e social e aonde acontece a brusca passagem da vida íntima para a vida pública (RODRIGUEZ G, 1994). É a partir da sociabilidade construída na escola que se começam a projetar relações em e com outros espaços desmistificando o rótulo que educação, no sentido de aprendizagem e conhecimento, só se obtém no âmbito escolar. Fora deste, é possível também perceber a dinâmica construção do sujeito em contínua aprendizagem e troca dialógica em seus espaços de convivência.

Assim, a escola torna-se, nessa perspectiva, um espaço fundamental de socialização onde se dá continuidade à construção dos vínculos sociais iniciados no âmbito da família e onde a heterogeneidade dos seus atores pode ser um fator positivo para esta integração ou gerar intolerância

entre as partes, resultando em conflitos internos e externos aos indivíduos, estes evidenciados através de suas práticas. São estas divergentes atuações que definem a escola como espaço central de interação. Nela, os jovens ocupam os espaços com práticas não previstas para a instituição escolar reconfigurando permanentemente estes espaços. Neste aspecto, a escola é também espaço de vivência e de possibilidades de mudança e este estudo busca entendê-lo e identificar a forma de potencializá-lo como espaço de integração coletiva.

O espaço de referência para este estudo é a Escola Municipal Amélia Rodrigues, no Distrito de Monte Gordo, em Camaçari e mais especificamente as práticas socioespaciais¹ dos jovens de 14 a 16 anos que compõem as séries de Correção de Fluxo Anos Finais (cursando a 7ª e 8ª série num mesmo ano letivo) do Fundamental II². Este estudo parte da observação destes jovens em sua rotina escolar, suas interações sociais e formas de apropriação dos espaços coletivos no contexto de transição rural-urbano³.

Como principal ponto de integração dos jovens que residem em Monte Gordo, objeto deste estudo, aparece a escola, que além de ser um ambiente de ensino-aprendizagem, através das atividades cotidianas, passa a ser também um espaço de socialização, formação e projeção da sociabilidade, considerando a origem e as dinâmicas que fazem parte do universo destes jovens com destaque para os locais em que estes jovens se reúnem para socializar entre si, construindo assim a sua organização social própria, que também é moldada a partir das relações de trabalho e das outras relações nos espaços coletivos.

Além de observar e caracterizar as práticas espaciais destes jovens no ambiente da unidade de ensino – pois privilegiam a escola como espaço de encontro no horário oposto ao que estudam alegando que

¹ Entende-se urbanização como processo social que ocorre no espaço, no qual diferentes atores com diversos objetivos e agendas interagem através de uma configuração específica de **práticas espaciais** interligadas. Práticas espaciais tem caráter social e conteúdo/significado de classe, mas não todas podem se interpretar como tal. Elas podem ser burocrático-administrativa, de gênero, raça, mas em geral explicitam o papel que tais agentes tem em relação ao processo de acumulação (HARVEY, 1992).

² Correção de Fluxo corresponde a cursar duas séries em um mesmo ano letivo com o intuito de acelerar ou corrigir alunos que estão em idade avançada para a série devido a repetência, evasão escolar ou fazer a equivalência entre série e idade. Anos Finais é referente à 7ª e 8ª Série (lembrando que as duas séries são realizadas num mesmo ano letivo), quando o aluno conclui o Fundamental II e está apto para cursar o Ensino Médio.

³ Os motivos da escolha deste objeto de pesquisa e universo de estudo para análise, parte do fato de ter experiência de trabalho como auxiliar de disciplina e como secretária escolar e fundamenta-se em duas questões primordiais: a ausência de motivação destes jovens para a conclusão do Fundamental II – o que caracteriza a saída do colégio municipal e entrada no colégio estadual para a realização do Ensino Médio – e de assumir o desafio de identificar possibilidades objetivas de reverter as práticas de depredação, destruição e violência urbana entre outras situações evidentes hoje em diversas cidades brasileiras que transparecem a inexistência do sentimento de pertencimento e cuidado que oriente outro tipo de conduta (CARLOS, 2007).

não há nada para fazer nos ambientes comunitários, e mesmo os que trabalham, durante a sua folga mantêm esta conduta, assim como os que já concluíram a 8ª série e agora são alunos do Ensino Médio no Colégio Estadual de Monte Gordo ou aqueles que não deram continuidade aos estudos, abandonando a escola por motivos pessoais diversos – e no transporte escolar⁴ oferecido pela prefeitura, o estudo procura identificar outros espaços e as práticas de interação e apropriação desenvolvidas nesses outros espaços coletivos.

Quanto aos objetivos, pretende-se como objetivo geral contribuir no entendimento e reflexão sobre as vivências e sociabilidade dos jovens nos espaços coletivos na procura de alternativas possíveis para o exercício da cidadania e a busca da mobilização social e engajamento nas questões coletivas. O estudo tem como objetivos específicos:

- a) identificar os espaços coletivos em que os jovens desenvolvem sua interação social;
- b) caracterizar sua origem (zona rural ou zona urbana de Monte Gordo) e influência nessas práticas;
- c) analisar a situação sócio econômica destes jovens e como esta se reflete nas relações sociais e apropriações dos espaços coletivos;
- d) avaliar os níveis de cidadania e possibilidade de um perfil reivindicativo para a mobilização perante as questões coletivas;
- e) propor situações que possa potencializar a escola como espaço de integração coletiva e incentivadora da autonomia individual e coletiva já que é aí onde se desenvolve as principais práticas as quais este estudo pretende analisar.

Para o desenvolvimento deste estudo, conforme dito anteriormente, foram escolhidos, especificamente, os alunos da Escola Municipal Amélia Rodrigues que compõem 3 turmas que funcionam somente no turno vespertino: a primeira com 30 alunos, onde somente 8 destes são do sexo feminino; a segunda turma com 27 alunos na qual somente 7 correspondem ao sexo feminino; e a terceira turma com 26 alunos sendo 12 correspondentes ao sexo feminino. Totaliza assim um universo de 83 alunos, onde ao todo 27 correspondem ao sexo feminino e 56 ao sexo masculino inseridos numa faixa etária de 14 a 16 anos.

⁴ O transporte escolar é ofertado em dez comunidades, totalizando dez ônibus. No final do turno das atividades escolares, é necessário que cada aluno saiba a comunidade que reside para daí saber qual ônibus pegará para voltar para casa. Os ônibus possuem pontos de parada específicos em cada comunidade.

Quanto a coleta de dados, foi realizada *pesquisa* em livros e revistas, considerando também material digital, artigos científicos, monografias. As palavras-chave que orientaram a revisão teórica foram “jovens”, “práticas”, “espaço coletivo”, “cidadania”, “mobilização social”. Para a concretização do *Estudo de campo*, as técnicas selecionadas foram a Observação Livre (TRIVIÑOS, 2009) e a Observação Participante (MARTINS, 2008) para captar as explicações e interpretações ocorridas naquela realidade, aplicação de questionário e desenvolvimento de um grupo focal.

Com a *Observação Livre (OL)*, que segundo Triviños (2009), cabe ao “curioso observador” atentar a captar e entender as características e abstrair ou separar o fenômeno social do seu contexto para estudá-lo de forma singular, foi possível observar seus atos, atividades, significados, forma de participação, relação e situações aparentes para tentar detectar sua essência, suas contradições, transformação.

Através da *Observação Participante (OP)* (MARTINS, 2008), o pesquisador observador torna-se parte integrante de uma estrutura social e na relação face-a-face com os sujeitos da pesquisa realiza a coleta de dados e informações. Para Martins (2008), a OP é uma modalidade especial de observação onde o observador deixa de ser passivo e o seu grande desafio é conseguir aceitação e confiança dos membros do grupo social onde o trabalho de campo está sendo realizado. Segundo o autor, o pesquisador-observador formal e revelado será parte do contexto que está sendo observado/investigado e ao mesmo tempo modifica o contexto e por ele é modificado.

Outra técnica utilizada comumente para efetivação da pesquisa social, de acordo com Richardson (2011) é o *Questionário*, que ajuda na descrição de características e variáveis como sexo, idade, estado civil, nível de escolaridade, etc. de um grupo social. O tipo de questionário escolhido para a aplicação foi o questionário de perguntas fechadas e abertas, sendo que esta última Richardson (2011) afirma exigir maior elaboração da resposta por parte do entrevistado. O método escolhido para aplicação destes questionários é o contato direto, pois possibilita que o entrevistado esclareça alguma dúvida e o pesquisador pode analisar de perto outras questões não envolvidas no questionário.

Ainda, foi aplicada a entrevista *Focus Group*, que Martins (2008) define como um tipo de entrevista em profundidade realizada em grupo que tem como objetivo a discussão de um tópico específico onde os participantes influenciam uns aos outros pelas respostas às questões colocadas pelo moderador-investigador. Martins (2008) afirma que a integração espontânea dos participantes propicia riqueza e

flexibilidade na coleta de dados, pois estes se sentem mais “à vontade” do que quando interrogados individualmente.

Esta técnica também denominada Grupos Focais (GASKELL, 2002) consiste também num debate aberto e acessível a todos cujos assuntos em questão são de interesse comum. Segundo o autor, a diferença de status entre os participantes não são levadas em consideração, e o debate se fundamenta numa discussão racional. Constitui-se de grupos de 6 a 8 pessoas convidadas a debater sobre determinado assunto com a presença de um moderador. Para Gaskell (2002), diferenças econômicas e sociais, nível de formação e faixa etária dos entrevistados não são relevantes para análise.⁵

Este trabalho subdivide-se em 6 partes nas quais inicia-se com uma Introdução abordando sobre os jovens e a metodologia utilizada; a segunda parte refere-se a Jovens e Espaço, trazendo conceitos e referências sobre o jovem e a sua relação com o espaço, o entendimento de espaços coletivos, o mapeamento das práticas espaciais e algumas noções de cidadania. Neste segmento, trabalha-se com o referencial teórico que embasa toda a pesquisa. A terceira parte trata-se de Monte Gordo como fenômeno urbano, trazendo um breve histórico da urbanização do Distrito, como se encontra o uso do solo e a disposição dos equipamentos e estabelecimentos urbanos. Na quarta parte, traça-se o perfil dos jovens do estudo, configurado a partir do processo de levantamento dos dados. Na quinta parte caracterizam-se as práticas dos jovens nos espaços coletivos a partir da aplicação da metodologia. Na conclusão, discutem-se alternativas que valorizem a autonomia a partir do exercício da cidadania no intuito de incentivar a mobilização social destes indivíduos.

Este estudo tem relevância por quanto valoriza o papel dos sujeitos através da formação da consciência crítica incentivando o entendimento da importância da relação individual/dimensão pessoal com o espaço coletivo/dimensão social (escola e comunidade) vinculando ao exercício da cidadania e à mobilização comunitária perante os problemas urbanos.

⁵ Os grupos focais consistem num aspecto interativo da coleta de dados que tem por objetivo avaliar a reação de um grupo de pessoas sobre um determinado tema ou produto. Gatti (2005) orienta a separação por gênero dentro dos grupos, pois acredita que a presença masculina muitas vezes inibe que as mulheres se expressem livremente dificultando a obtenção de dados que permitam a análise do meio social dos entrevistados, bem como as suas visões de mundo ou representações coletivas.

2 JOVENS E ESPAÇO

De acordo com Sposito (2010), é possível delinear novos desafios para a pesquisa sobre jovens e suas práticas coletivas. Para a autora, a compreensão adensada das presenças diversificadas dos jovens nos espaços públicos em seus coletivos, remete a uma necessária trans-versalidade que demanda considerar outras dimensões da experiência juvenil, seja a dimensão individual ou a dimensão coletiva e como estas impulsionam suas ações no espaço coletivo.

Para a autora, o entendimento de que há significativa diversidade de práticas coletivas esta relacionada com a necessidade de criar atividades e ações que transformem esses jovens, em sujeitos com consciência crítica e poder de escolha para se engajar nos processos sociais. A presença desses jovens nos espaços urbanos e na escola, como espaço coletivo, quando orientada para o exercício da cidadania focada na participação autônoma, ameniza os conflitos entre as comunidades e angaria benefícios para a coletividade devido à valorização do sentimento de pertencimento ao local.

O que se percebe através dessa situação é o que Melucci (1991) denomina como desterritorialização do espaço, produzindo-se, em contrapartida, uma espécie de nomadismo urbano dos indivíduos, em espaços específicos, em geral por tempo relativamente breve. Pode-se notar esta situação através da entrada de alunos na escola Amélia Rodrigues, pois mesmo após o período de matrícula – que vai de dezembro a fevereiro, faz-se necessário reabrir e prorrogar este período até março e é muito comum a saída e chegada de alunos em transferência em curso durante todo o ano letivo. As práticas de apropriação, interpretação e de intervenção no espaço não envolvem sentimento de pertencimento e o que se observa são jovens mais “praticantes” do que “habitantes” (CARRANO, 2003).

O passo inicial para essa transformação é a recusa à docilização dos corpos, que caracteriza a possibilidade de reconhecer os jovens como sujeitos de conhecimento e ação além “dos muros da escola”, considerando a própria cidade como espaço educativo gerando uma tensão dialética “entre as forças de conservação e as forças de transformação do homem e suas circunstâncias de vida” (CARRANO, 2003).

Os jovens de Monte Gordo desenvolvem a sua sociabilidade em família, na escola e na comunidade mas muitas vezes é a sua relação no ambiente de trabalho que define certas práticas e atitudes nos espaços de convivência. O fato de prestar serviço para a elite em Guarajuba ou nos sítios, chácaras e fazendas e estabelecimentos comerciais em Monte Gordo faz com que esses jovens tenham acesso,

ainda que restrito a uma realidade de consumo a qual ele não está inserido, gerando avidez para a aquisição de produtos que lhe concederiam status perante aqueles que não o possuem e frustração quando não atingem este objetivo.

De acordo com Freire (2012), esta circunstancia reflete um desprezo de si mesmo, originado da introjeção da negatividade que os opressores têm do povo. Para o autor, o oprimido interioriza a situação de ser inferior, identificando-se aos ricos e querendo se parecer com eles. Esta seria a “adesão” ao dominante, quando os oprimidos “hospedam em si o opressor”.

Segundo Goffman (1975), a interiorização do estigma da pobreza atinge tanto a subjetividade individual quanto do grupo do qual o estigmatizado faz parte. Em alguns casos, o comportamento de um jovem que já possui renda mediante a prestação de serviço ou aqueles que a família possui algum poder aquisitivo tendem a estigmatizar seus colegas, sendo que pertencem ao mesmo grupo. Freire complementa afirmando que os oprimidos “hospedam o opressor em si” (2012, p.35) e que “o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito” (2012, p. 38), pois tendem a agir da mesma forma quando estão em posição de fazê-lo.

Para Sposito (1994), participar consiste num elemento importante capaz de neutralizar a violência nas escolas, entendida, em grande parte, como expressão do seu isolamento em relação aos seus usuários, a denominada “comunidade”. Para a autora, não se enfrenta a violência apenas com medidas de segurança pois deve se valorizar a participação qualificada dos usuários nos benefícios advindos da existência do estabelecimento escolar em bairros carentes de equipamentos públicos para esportes, cultura e lazer, o que enquadra no perfil de Monte Gordo.

Ribeiro (2009) aponta que se deve pensar na capacidade da escola de reverter efeitos de origem socioeconômica das famílias que estão inseridas em contextos sociais formados pelas unidades de vizinhança constituídas pelos processos de agregação e segregação residenciais. Segundo o autor, estes contextos sociais influenciam o desempenho do individuo na vida escolar e conseqüentemente, dificulta a sua inserção principalmente no mercado de trabalho, devido às desigualdades de acesso às oportunidades. Para Ribeiro (2009), a eficácia escolar do individuo depende do contexto social extraescolar.

Para Klein & Pátaro (2000), a escola cumpre uma função social essencial à formação dos novos cidadãos, na medida em que os saberes selecionados por uma sociedade e os seus valores serão

transmitidos e construídos mediante ações educativas. Nessa perspectiva, pode-se afirmar, de acordo com Mauss (2003), que educar implica um processo de adaptação às normas, valores e símbolos de uma sociedade e são estes fatores que permearão sua convivência nos espaços públicos. O mesmo autor afirma que essa adesão é efetiva quando o interesse particular está intuído no interesse geral e para Toro & Werneck (1996) participar ou não de um processo de mobilização social é um ato de escolha que depende essencialmente das pessoas se verem ou não como responsáveis e como capazes de provocar e construir mudanças.

O perfil do grupo de estudo, por falta de qualificação e por serem menor de idade (inviabilizando a assinatura da carteira de trabalho) prestam serviços como ajudante de pedreiro, molhador de grama das mansões de Guarajuba, vendedor de cocada na praia, guardador de carro, ajudante de vendas na feira, capinador de terrenos, babás, garçons e garçonete nas barracas de praia etc. Como se pode perceber, estes “empregos” são sazonais, pois é no verão que a maioria deles ganha dinheiro pela proximidade com as casas de veraneio em Guarajuba, configurando assim uma relação com os espaços de vivência reservados à elite⁶.

Estas tensões perpassam por suas individuais características socioeconômicas e culturais aqui atribuídas aos jovens no que se refere ao padrão de indicadores de pobreza-riqueza, desestruturação da personalidade devido a estigmatização da pobreza (GOFFMAN, 1975), exclusão social assimilada a partir da interiorização do oprimido (FREIRE, 2012), disfuncionalidade familiar e falta de oportunidades que propiciem mobilidade social, dificultando a mobilização social (TORO; WERNECK, 1996).

2.1 O ENTENDIMENTO DE ESPAÇOS COLETIVOS

Na denominação de Steiner (1994, apud CAMPOS, 2004) os espaços coletivos são compostos de experiências e práticas que preenchem de sentido o viver na cidade, através dos intercâmbios e encontros entre os cidadãos. Já Cohen (2001) afirma que os espaços coletivos da cidade contemporânea podem se considerar como um 'fenômeno social total', segundo o conceito introduzido pelo etnólogo Marcel Mauss (1974), no que o intercâmbio é o princípio fundador. Para os autores, estes espaços acolhem de uma só vez, formas de interação institucionalizadas e relações livres, comuns, entre os cidadãos.

⁶ Em geral, a comunidade de Monte Gordo tende a estar empregada com carteira assinada (quando maior de 18 anos) ou desenvolver atividades em serviços básicos e mão de obra para Guarajuba como caseiros, jardineiros, pedreiros, eletricitas, vigilantes, garçons, cozinheiras, empregadas domésticas, dentre outros (PADILHA et al., 2006, apud SOBRAL, 2008). A empregabilidade ocorre para os jovens maiores de 18 anos, sendo que estes não estão inclusos no objeto de estudo. Os cargos que exigem maior qualificação geralmente são destinados aos seus pais e familiares.

Campos (2004) aponta que o espaço coletivo também é um componente chave na identidade histórica das cidades que permite sua projeção ao futuro. O que supõe que uma teoria integradora de espaços coletivos não se poderá formular sem a confrontação das múltiplas experiências e percepções que estes espaços produzem na sociedade. O autor afirma que deve haver estratégias para manter a forma dos espaços coletivos como lugares de encontro das pessoas, característica que diferencia os espaços coletivos dos espaços públicos atuais que se configuram como lugares somente acessível a um grupo, ou a quem tem interesses específicos. Como exemplo Campos (2004) traz os espaços de edifícios e espaços interiores de organismos "públicos", que na verdade são restritivos às pessoas comuns.

Na concepção de Dietmar Steiner (1994) o espaço coletivo marca a identidade através do uso e da acessibilidade que as pessoas dão a estes espaços enquanto que o espaço público pode não ser acessível à sociedade, ou ao cidadão comum, vez que representa um conjunto normativo que o privatiza da ação geral dos grupos sociais.

Para Campos (2004), um espaço é coletivo quando há reconhecimento dos cidadãos e contém elementos representativos do seu passado. Campos (2004) aponta que a identidade cultural da cidade torna-se fundamental no mundo moderno em que a globalização pretende nos transformar em consumidores e não cidadãos. Para o autor, educar a sociedade através do desenvolvimento de políticas urbanas participativas se constitui na chave do planejamento atual para construção de uma sociedade-cidade melhor.

2.2 PRÁTICAS ESPACIAIS E CIDADANIA

A compreensão do espaço e o pertencimento local são fatores que impulsionam e mobilizam indivíduos a conquistar seus direitos e reconhecer seus deveres perante a coletividade. O local em que o indivíduo está inserido permite a sua constante interação favorecendo suas práticas, motivando a aprendizagem do conhecimento de mundo, possibilitando o exercício da cidadania. É o pertencimento à sua cidade que propicia o aprimoramento da consciência do espaço que ocupa e o valoriza como cidadão engajado com as questões pessoais e comunitárias.

Marcelo Lopes de Souza (2006) aponta a autonomia individual e coletiva como a possibilidade de uma sociedade se auto instituir, se autogerir de forma a viabilizar a participação popular no planejamento e gestão das cidades, iniciada numa escala local. Para o autor, a participação popular estimula a prática política e forma os cidadãos aprofundando a consciência dos seus direitos e considerando universos valorativos diversificados. Significa dizer que as resistências culturais existentes precisam ser

fortalecidas já que através da autonomia cada coletividade poderá construir a sua territorialidade e o seu espaço levando em consideração cada particularidade.

Nunes (2002) afirma que participar e se engajar em ações coletivas representa um processo de aprendizagem da cidadania e nesse processo constrói-se um indivíduo participativo. A participação e o envolvimento nas decisões político-sociais, ações culturais, assumindo práticas que propõem o exercício da cidadania, possibilitam o avanço em todas as áreas do conhecimento no âmbito escolar e melhora a qualidade de vida na comunidade.

A consciência do “ser cidadão” estimula a cidadania coletiva e individual, estendendo suas ações a todos que participam da vida em sociedade, devido a esta ser uma “ação transformadora” (MELO NETO, 2001). Através da prática da cidadania se promove a ação coletiva, mobilizadora, que promove a inclusão social e práticas participativas, envolvendo o jovem nos processos de tomada de decisão, possibilitando a inserção de práticas socialmente responsáveis e incentivando a reflexão sobre o papel que cada indivíduo exerce na vida em sociedade.

Para Freire (2012), quando o oprimido dá espaço à própria voz, passando de espectador a ator da vida social, reconhece o valor da sua ação no mundo e se dá conta que ele transforma este mundo a medida que se apercebe de sua condição de oprimido e do seu valor como homem, passando a ter vontade de mudar esse estado de coisas. Para o autor, essa transformação é chamada de conscientização e é esta conscientização que Toro (1996) aborda ao afirmar que as pessoas assumem que têm nas mãos o seu destino e descobrem que a construção da sociedade depende de sua vontade e de suas escolhas.

Para Toro (1996) esse consenso não é um acordo em que as pessoas negam suas diferenças, mas em que elas são preservadas e respeitadas. As pessoas não estão necessariamente de acordo entre si, mas de acordo com alguma coisa, com uma ideia, que é colocada acima de suas divergências visando o bem-estar coletivo. Assim, o autor afirma que a formação de uma nova mentalidade na sociedade civil, que se perceba como fonte criadora da ordem social, pressupõe compreender que os “males” da sociedade são o resultado da ordem social criados por si mesmo e que justamente por esse motivo torna-se passível de modificação.

3 MONTE GORDO COMO FENÔMENO URBANO

Com base nas informações disponíveis no IBGE e do relatório da Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos – Camaçari (BALTRUSIS; SMITH, 2009) pode-se observar que o Município de Camaçari localiza-se na porção extrema nordeste (NE) da Região Metropolitana de Salvador⁷, sendo a segunda maior cidade da RMS e a quarta cidade mais populosa do Estado, tendo Oceano Atlântico a leste, possuindo 42 Km de orla, onde está situado o distrito de Monte Gordo.

FIGURA 1 – Localização do Município de Camaçari no Estado da Bahia (Fig. A) e na Região Metropolitana de Salvador (Fig. B)



Figura A: Mapa do Brasil no detalhe, destacando a Bahia. Fonte: Wikipédia, 2012



Figura B: Destaque Camaçari na RMS. Fonte: IBGE, 2010.

⁷ RMS criada pela Lei Complementar n.º 14, de 8 de junho de 1973.

TABELA 1 – Número de habitantes segundo situação do domicílio no Município de Camaçari em 2010

SITUAÇÃO/DOMICÍLIO	HABITANTES	(%)
Urbano	231.973	95,4
Rural	10.997	4,5
Total	242.970	100

Fonte: IBGE, 2010.

De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Camaçari, o município foi emancipado em 28 de setembro de 1758 e o crescimento da região foi impulsionado em 1860, com a construção de uma estrada de ferro⁸. Em 1938 o município passa a ser chamado Camaçari através do decreto 10.724 de 30 de março e com este documento, passa a ser formado pela sede e os distritos de Vila de Abrantes, Monte Gordo e Dias D'Ávila, este último emancipado em 1985.

O município de Camaçari apresenta taxas de crescimento demográficas significativas, principalmente na área urbana. De acordo com dados da Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos - Camaçari (BALTRUSIS; SMITH, 2009), na década de 1970 cerca de 40% da população do município residia em área rural e 60% residia em área urbana. Dez anos depois, em 1980, têm-se 85% da população em área urbana e 15% em área rural. Comparando a população total em 1970 e em 1980, tem-se um crescimento populacional de 55.905 habitantes no município.

TABELA 2 – Evolução da População do município de Camaçari de 1970-2010

ANO	POPULAÇÃO URBANA	% POP. URBANA	POPULAÇÃO RURAL	% POP. RURAL	POPULAÇÃO TOTAL
1970	19.949	60	13.324	40	33273
1980	76.065	85	13.113	15	89178
1991	108.232	92	5.407	8	113639
2000	154.402	95	7.325	5	161727
2010	231.973	95,47	10.997	4,53	242.970

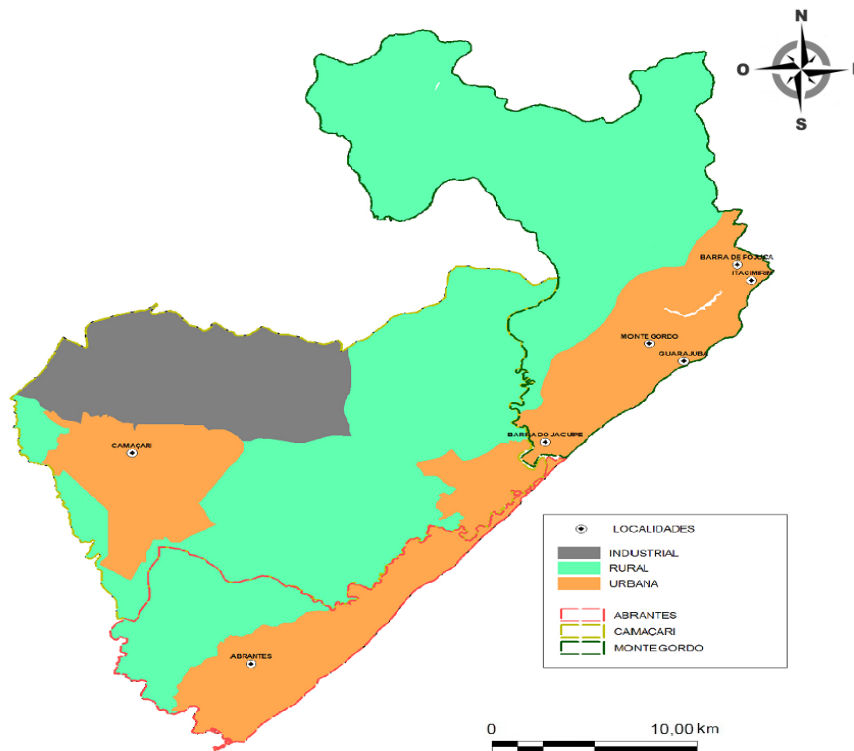
Fonte: Censos Demográficos 1991 a 2010, IBGE/ Os dados referentes a 1970 e 1980 estão disponíveis na Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos – Camaçari, 2009)

Com a implantação do Polo Petroquímico na década de 60 e a chegada do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) na década de 80, o município passa a atrair pessoas de todo o Brasil em busca de

⁸ A Ferrovia de Camaçari foi a primeira grande obra, desde o século XIX, a projetar o Município no cenário econômico da região (Fonte: www.camacari.com.br).

emprego nestas indústrias, exigindo da sua prefeitura um planejamento que levasse em consideração a sua nova estrutura urbana, já que esta servia de base para atividades industriais do Polo, e deveria abrigar todos aqueles que fossem empregados nestas fábricas, mas a maior parte dos assalariados qualificados não mora no Município.

FIGURA 2 – Divisão Territorial por Setor, Camaçari– BA 2011



Fonte: Bahia, 2011.

Toda a orla do Município de Camaçari é considerada urbana devido a expansão imobiliária de condomínios particulares de casas de veraneio o que efetiva Camaçari como um lugar de forte transitoriedade, seja por esses visitantes “de verão” seja pelos seus trabalhadores que residem em outros municípios fazendo com que o município de Camaçari seja rico em diversidade cultural por um lado, mas por outro dificulta a construção de uma identidade dos moradores locais devido o alto fluxo migratório de pessoas. Para Baltrusis e Smith (2009), é corrente a afirmação de que Camaçari não tem identidade cultural e nem símbolos que o identifiquem mas há a identidade do lugar e a identidade da população face ao lugar.

Outro fator que contribuiu para a expansão de Camaçari foi a abertura da Estrada do Coco, também na década de 1980 e da Linha Verde, em 1990. Estas obras facilitaram a rápida ocupação do litoral do Município para fins residenciais e também para o turismo da região. Segundo dados da Prefeitura de

Camaçari, a urbanização acelerada desagregou o território do município em quatro partes economicamente distintas: Camaçari sede, a zona industrial do Polo Petroquímico, a Orla Marítima (onde ocorre efetivamente o turismo da região) e a Zona Rural, responsável pelo abastecimento agrícola das outras localidades.

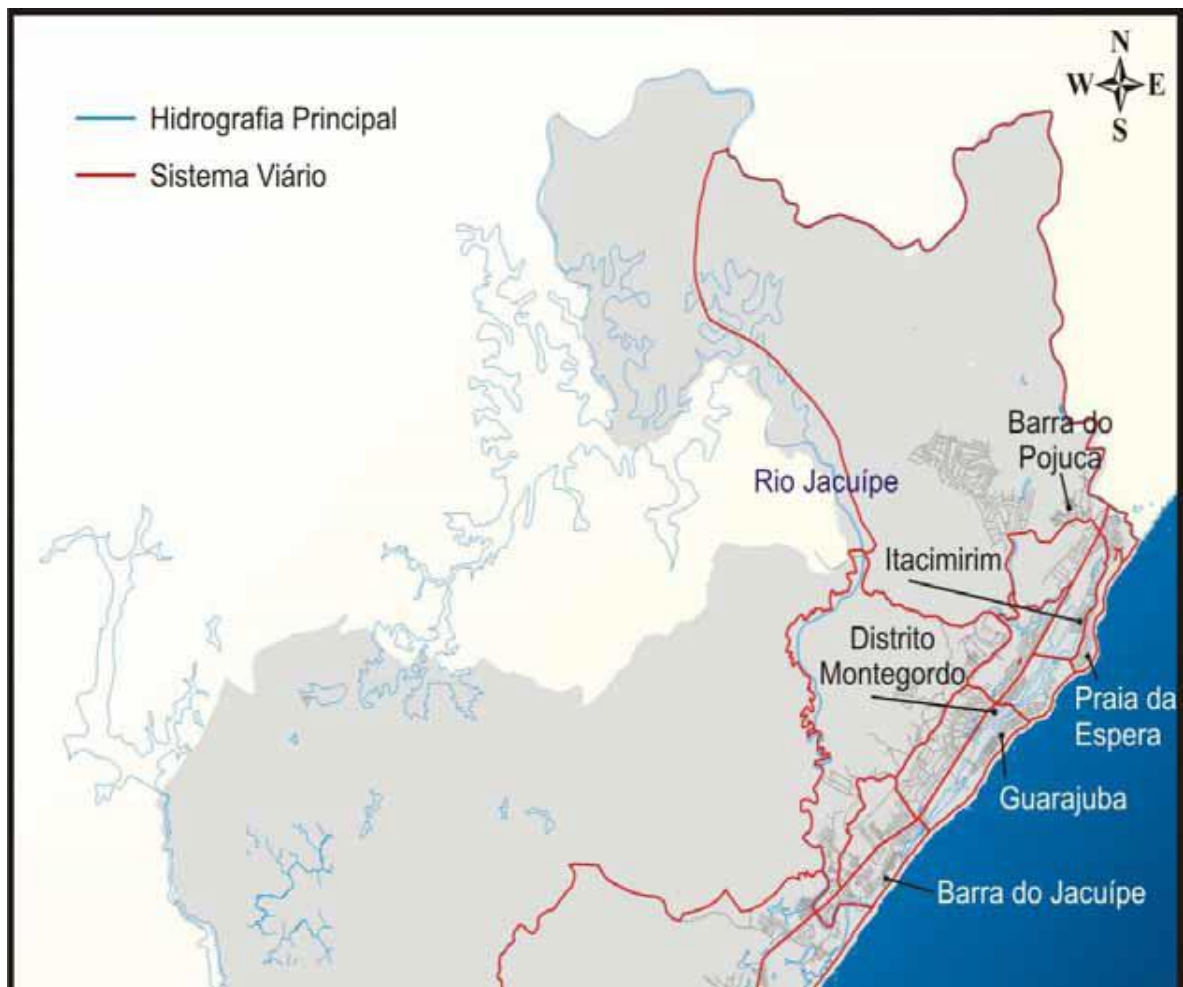
Quanto ao uso e ocupação do solo, o Município possui diversas atividades industriais, comerciais e de serviços, além de outras, nas áreas agrícola e pecuária, extração vegetal e mineral. É considerado, também, forte vetor de expansão imobiliária residencial na orla. De acordo com o documento: Perfil Diagnóstico do Município de Camaçari (2007), o viés urbano e jovem, assim como, a proximidade com cidades que oferecem maiores opções culturais, esportivas e de entretenimento, caracterizam Camaçari como espaço de trabalho e moradia para a maioria dos residentes, que têm na sua orla marítima um espaço de lazer, compartilhado com pessoas cujos vínculos do viver cotidiano estão em outros lugares.

O Perfil Diagnóstico do Município (2007) apontou ainda para o fluxo de imigração relativamente constante de pessoas em busca de oportunidades, diretamente proporcional aos ciclos de crescimento do setor industrial e à redução da atividade econômica em outras regiões do Estado. O estudo aponta que os empregos oferecidos no Município possuem nível salarial suficiente para, em razão da proximidade com Salvador, estimularem seus ocupantes a residirem em locais com maior e melhor oferta de infraestrutura e serviços urbanos.

Outro fator propulsor do crescimento urbano do município, além do incremento decorrente da natalidade, foi a implantação da indústria automotiva FORD nos anos de 2003 para 2004, período em que se consolida a planta industrial em regime de três turnos. Além do número de empregos gerados no Município não ter sido suficiente para atender à demanda de pessoas em busca de ocupação, as vagas oferecidas têm baixo índice de preenchimento por moradores de Camaçari, em virtude da falta de qualificação profissional.

O Distrito de Monte Gordo, no qual se localiza a escola e a área de estudo, pertence ao Município de Camaçari, situado a uma distância de 42 km de Salvador - pela rodovia (BA-099), Estrada do Coco. Segundo dados do último censo sua população total é de 29.573 habitantes (IBGE, 2010). Além de Monte Gordo sede, são seus subdistritos: Barra do Jacuípe, Guarajuba, Itacimirim e Barra do Pojuca, como pode ser observado na figura que representa o Distrito de Monte Gordo.

FIGURA 3 - Localidades da Orla do Distrito de Monte Gordo, Camaçari, 2004-2007



Fonte: Barcelona, 2008.

De acordo com o censo realizado pelo IBGE (2010), nos últimos 10 anos, a taxa de crescimento da população do distrito de Monte Gordo apresentou um relevante aumento de 12.050 habitantes, como pode ser observado na tabela 3. Em 2000, a população total de Monte Gordo era de 17.523 habitantes e em 2010, esse número sobe para 29.573 habitantes. Quanto a população residente de acordo com a área, em 2000 havia 13.926 habitantes na zona urbana e 3.597 na zona rural e em 2010, esses números aumentam para 24.335 habitantes na zona urbana e 5.238 habitantes na zona rural.

TABELA 3 - População residente de acordo com a área em Monte Gordo, Camaçari, 2000-2010.

ÁREA	ANO			
	2000		2010	
	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%
Urbana	13.926	79,47	24.335	82,28
Rural	3.597	20,52	5.238	17,71
TOTAL	17.523	100	29.573	100

Fonte: SIDRA, IBGE 2010

O distrito de Monte Gordo apresenta um crescimento populacional elevado ao longo dos anos. Um dos motivos é a da agricultura de subsistência por parte dos moradores da zona rural e seus produtos são comercializados nas feiras aos domingos gerando renda para as famílias. Essa situação atrai muitos lavradores para a região ou mesmo aqueles que não têm emprego fixo, tendem a passar a trabalhar com a terra. Também, o fato de estar implantada nessa localidade a maior escola municipal⁹ da orla de Camaçari – Escola Municipal Amélia Rodrigues –, de acordo com os dados da Secretaria de Educação de Camaçari (Matrícula Informatizada - SEDUC, 2012), atrai famílias de Barra do Jacuípe e Guarajuba pela disponibilidade de vagas, única da localidade a oferecer o Fundamental II (5ª a 8ª Série).

3.1 HISTÓRICO DA URBANIZAÇÃO

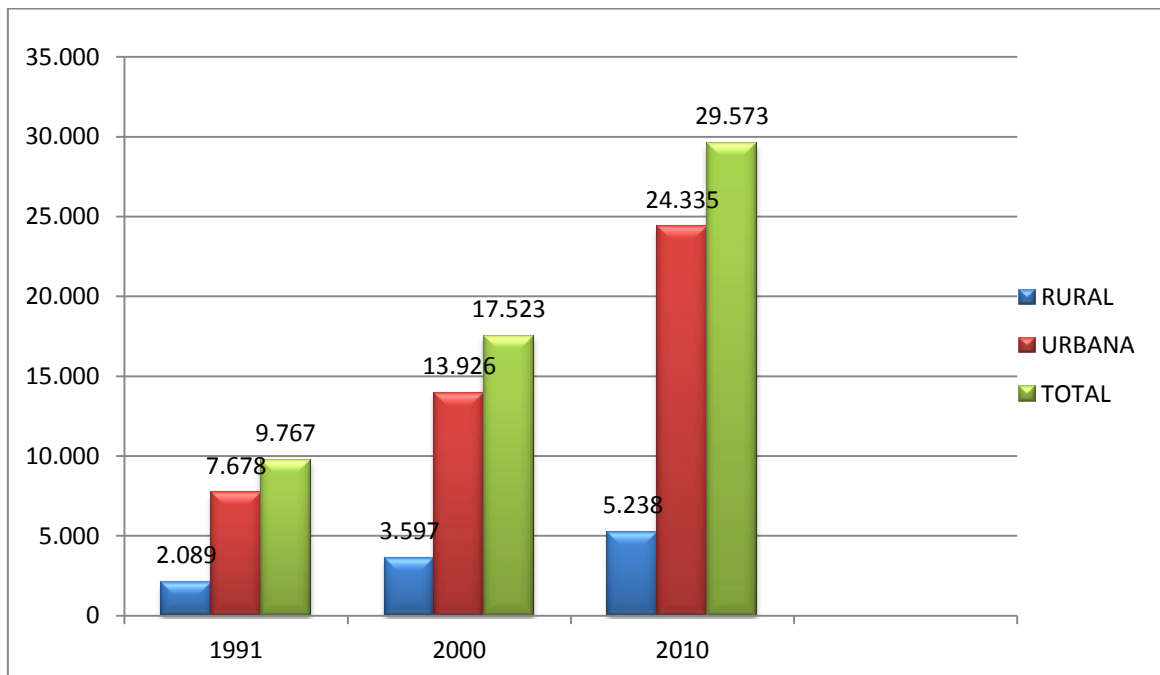
A expansão sofrida por Monte Gordo propicia a expansão do comércio, pois empreendedores alugam dos moradores pontos comerciais para a implantação de bares, pizzarias, pet shops, sendo alguns deles estrangeiros que veraneiam ou residem em Guarajuba. De acordo com Brandão & Silva (2007) a migração da população rural interna e externa para a sede distrital provoca a inversão do distrito antes rural em urbano, desencadeando a ocupação desordenada do espaço e os consequentes processos de segregação e fenômenos inerentes à rápida transformação, muito relacionados com a insuficiência dos serviços básicos e principalmente descaracterização da cultura tradicional local, implicando no sentimento de pertencimento.

Neste caso, importa destacar que o distrito de Monte Gordo é considerado como um território de múltiplas relações sociais, pois envolve também os subdistritos de Barra de Jacuípe, Guarajuba, Itacimirim e Barra do Pojuca, o que determina a existência de grupos sociais diversificados decorrentes

⁹ As outras escolas municipais localizadas em Monte Gordo são Escola Municipal Marcelina Bispo da Silva (Itaipu), Escola Municipal Santo Antônio do Jordão (Jordão), Escola Municipal São Salvador (Coqueiro de Monte Gordo), Escola Municipal Boa Esperança (Boa Esperança), Escola Municipal Aloísio de Oliveira (Rua Saco). Todas estas ofertam somente o Fundamental I (de 1º ao 5º ano).

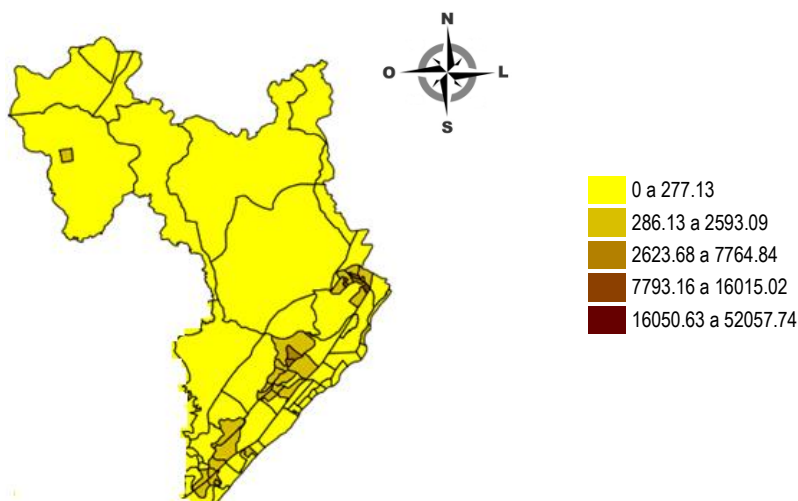
da inserção na divisão do trabalho. Monte Gordo tende a ser local de moradia transitória isto é, famílias oriundas de outras cidades ou de outras unidades federais se estabelecem de forma passageira. Uma hipótese que poderia explicar esta situação seria o fato dos chefes de família estarem ocupados em subempregos ou desempregados e nessa região se tornam mão de obra, ainda que barata, mas passam a garantir a sobrevivência da família.

GRÁFICO 1 – População residente por situação de domicílio em Monte Gordo 1991-2000-2010



Fonte: SIDRA, Censos Demográficos IBGE 1991, 2000, 2010.

FIGURA 4 – Densidade Demográfica Preliminar (Habitantes/Km²) no distrito de Monte Gordo.



Fonte: IBGE, Sinopse por Setores, Censo Demográfico 2010

TABELA 4 – Evolução demográfica da população de Monte Gordo por Sexo e situação de domicílio 2000-2010

ANO	ÁREA	SEXO			
		Homens	Total	Mulheres	Total
2000	Urbana	7.285	9.203	12.537	8.320
	Rural	1.918		2.768	
2010	Urbana	6.641	15.305	11.798	14.268
	Rural	1.679		2.470	

Fonte: IBGE 2000-2010.

Com base nos dados disponibilizados pelo IBGE, pode-se considerar que em 1991 78,61% da população residente em área urbana. Com o passar dos anos, nota-se que há um gradativo aumento da população residente em área urbana e redução da que reside em área rural já que os dados do censo de 2000 apontam para 79,47% de pessoas vivendo em área urbana. No Censo Demográfico realizado em 2010, Monte Gordo possui 82,29% da sua população residindo em área urbana, enquanto 17,71% dos seus habitantes vivem em áreas rurais.

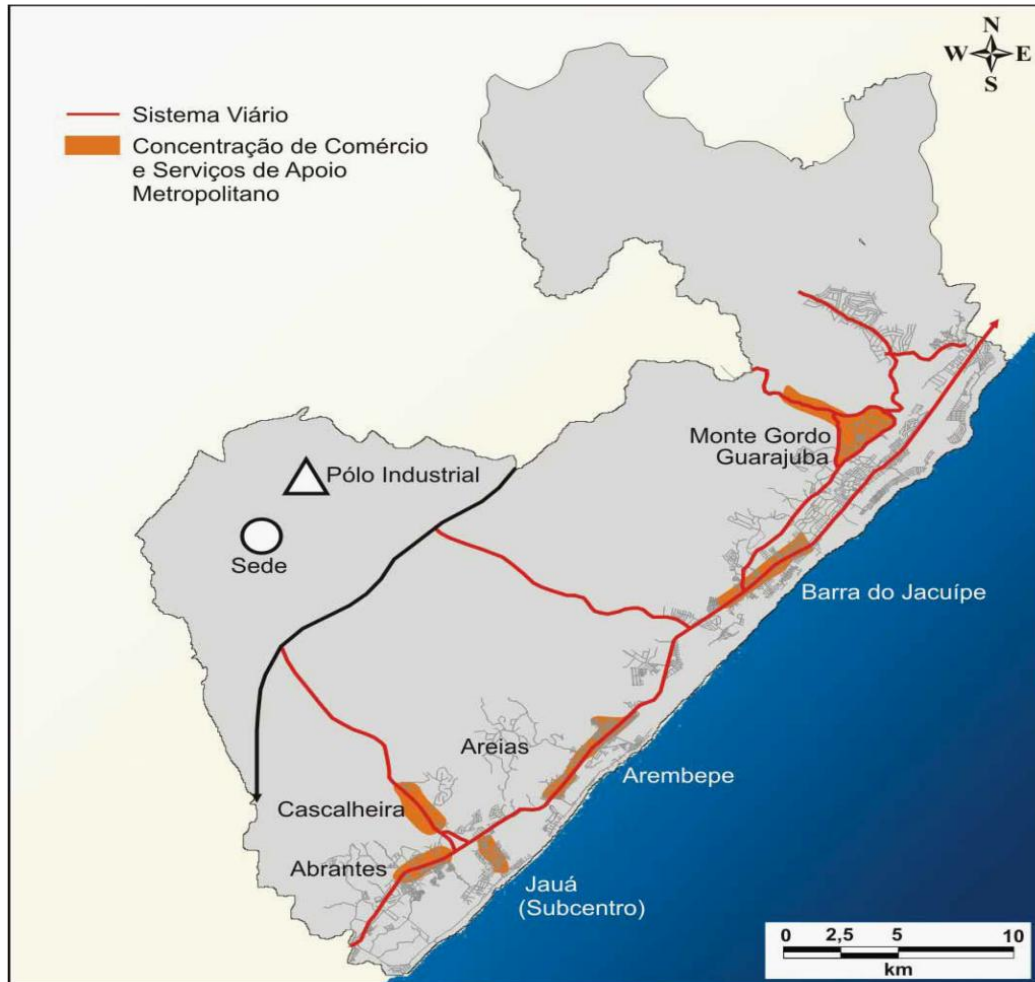
3.2 USO DO SOLO E EQUIPAMENTOS

A localidade de Monte Gordo possui uma área urbana bem diferenciada da rural, A área considerada urbana desenvolveu-se ao longo da via principal com suas ruas adjacentes. Esta é beneficiada pelo transporte coletivo que tem como linhas disponíveis os destinos para a Lapa, em Salvador, e Camaçari sede. Na zona rural, as ruas são de barro e não há transporte coletivo, obrigando moradores a percorrer grandes distâncias a pé, de bicicleta, de moto ou através de animais como cavalo, burro ou jegue para a realização de suas atividades.

No Distrito, prevalece o comércio informal, principalmente e de alimentos. Inclusive acontece uma Feira na Praça Bom Jesus aos domingos que dinamiza o comércio local. Há também muitos petshops e lojas de materiais de construção e um supermercado concorrendo com inúmeros mercadinhos. A oferta de emprego nesses estabelecimentos é garantida e não exige qualificação profissional. Esta situação está relacionada com o fato de que muitos dos jovens abandonam a escola ou passam a estudar no período noturno para trabalhar e passar a ter renda. A figura 5 demonstra que considerando toda a extensão da

orla marítima do município de Camaçari, é em Monte Gordo onde se concentra a maior oferta de comércios e serviços.

FIGURA 5 - Concentração de comércio e serviços de apoio metropolitano no distrito de Monte Gordo



Fonte: Barcelona (2008).

Monte Gordo apresenta uma diversidade do uso do solo somente na via principal e as suas ruas quase não possuem opções de serviços. A densidade também é grande na via principal já que a sua topografia é bem acidentada com a presença de muitas ladeiras, tornando esparsa onde certos trechos são intransitáveis quando chove dado que não possui pavimentação asfáltica.

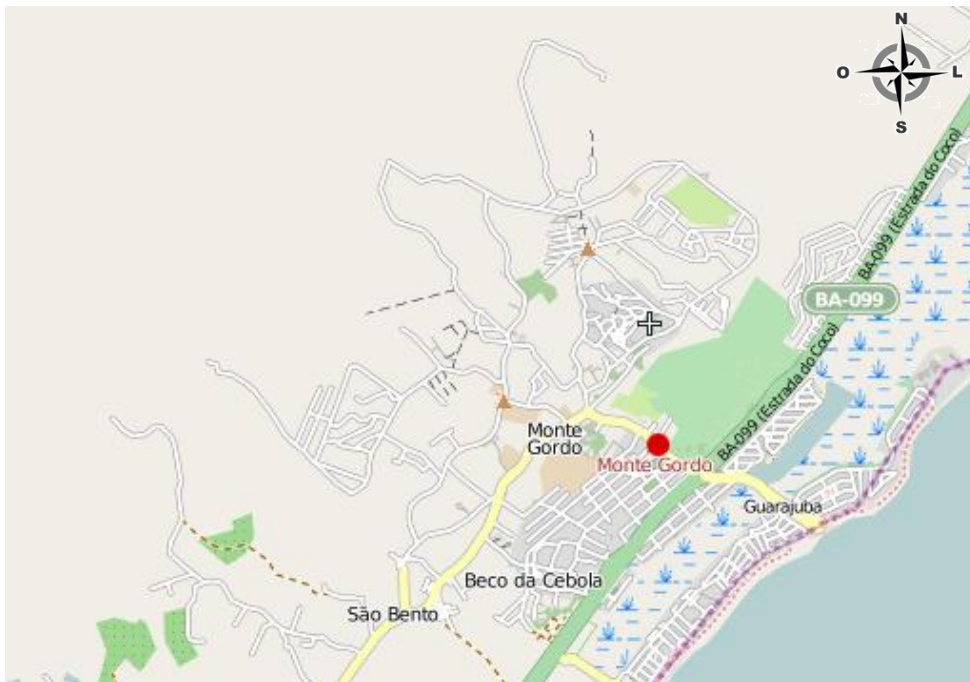
Em relação aos serviços, o distrito possui uma infraestrutura básica quanto aos meios de transporte, praças para o lazer, escolas públicas (3 Municipais, na qual somente a Escola Municipal Amélia Rodrigues atende o Fundamental II – 5ª a 8ª Série – e 1 Estadual) e particulares (3 de Educação Infantil), postos de saúde, delegacia, correio, todos estes dispersos somente na zona urbana e sendo

assim os moradores precisam recorrer à localidades mais próximas como Guarajuba ou Barra do Pojuca quando precisam de bancos devido a disponibilidade de caixas eletrônicos.

Quanto à disponibilidade de recursos para investimentos e melhorias públicas, a localidade de Monte Gordo não possui autonomia financeira. Os investimentos na estruturação do espaço urbano dependem principalmente dos programas da Prefeitura podendo-se notar obras de recapeamento asfáltico, mas que logo são degradadas para a implantação da rede de esgoto, saneamento e iluminação pública. Estes serviços ainda deixam a desejar principalmente quando se trata de recuperação de vias urbanas e calçamento para pedestres. Também falta iniciativa da Prefeitura em promover cursos de capacitação e qualificação profissional que possam impulsionar um crescimento técnico-administrativo da população.

Monte Gordo não tem divisão em bairros e muitas de suas localidades conservam características simples, principalmente aquelas localizadas na zona rural. Até mesmo a zona urbana, apesar do movimento de carros, da disponibilidade de transporte coletivo, da presença do comércio e da prestação de serviços, revelam aspectos de “cidade do interior”¹⁰.

FIGURA 6 – Sistema Viário da localidade de Monte Gordo



Fonte: Wikimapia, 2012.

¹⁰ Em anos eleitorais, é possível notar a grande movimentação das pessoas nas ruas, apoiando algum habitante que se candidata a vereador ou engajadas em campanhas de políticos que querem se reeleger.

Em relação à mobilidade, o transporte coletivo é insuficiente para a demanda local, pois só circula na via principal, sendo comum a presença de mototáxis como forma de complementar o sistema modal, facilitando a mobilidade e gerando renda e emprego para os motoqueiros da região. Nesse caso também vale registrar o fato que alguns jovens da faixa etária de 14 a 16 anos trabalham clandestinamente por não terem direito à carteira de motorista.

3.2.1 ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO

O distrito de Monte Gordo tem sete instituições públicas de ensino. Segundo dados da SEDUC de Camaçari, a população local é atendida pelas escolas municipais Marcelina Bispo da Silva, localizada no Itaipu; Santo Antônio do Jordão, no Jordão; São Salvador, situada no Coqueiro de Monte Gordo; Boa Esperança, construída na localidade de Boa Esperança na via de acesso a Barra do Jacuípe; Aloísio de Oliveira, na localidade Rua Saco, que atende também a comunidade de Barra do Jacuípe. Todas estas ofertam somente o Fundamental I Anos Iniciais (de 1º ao 5º ano). Ao todo, são 5 escolas localizadas na zona urbana e 3 escolas situadas na zona rural, como pode ser visto no quadro a seguir.

QUADRO 1 – Escolas públicas situadas na localidade de Monte Gordo

ESCOLAS	GESTÃO	SEGMENTO DE ENSINO	IDADES QUE ATENDE	LOCALIZAÇÃO	ÁREA
Emaus	Municipal	Educação Infantil (Pré-escola)	3 a 5 anos	Estrada Velha de Monte Gordo	Urbana
Marcelina Bispo da Silva	Municipal	Fundamental I (1º ao 5º Ano)	6 a 10 anos	Itaipu	Urbana
Santo Antonio do Jordão	Municipal	Fundamental I (1º ao 5º Ano)	6 a 10 anos	Jordão	Rural
São Salvador	Municipal	Fundamental I (1º ao 5º Ano)	6 a 10 anos	Coqueiro de Monte Gordo	Rural
Boa Esperança	Municipal	Fundamental I (1º ao 5º Ano)	6 a 10 anos	Boa Esperança	Rural
Aloísio de Oliveira	Municipal	Fundamental I (1º ao 5º Ano)	6 a 10 anos	Rua Saco	Urbana
Amélia Rodrigues	Municipal	Fundamental I Fundamental II Correção de Fluxo (Etapa I – 5ª e 6ª; Etapa II – 7ª e 8ª) EJA	A partir de 6 anos.	Largo São Bento	Urbana
Colégio Estadual de Monte Gordo	Estadual	Ensino Médio	A partir de 14 anos.	Praça do Jacaré	Urbana

Fonte: Elaboração própria, 2012.

Em 2009, o prédio em que hoje funciona o Colégio Estadual de Monte Gordo ofertava o Fundamental I (de 1ª a 4ª Série) através da extinta Escola Municipal Hermógenes Bispo de Souza. Nessa época, a EMAR tinha Ensino Médio e com a extinção da Escola Hermógenes, o Ensino Médio passa a ser de gestão estadual e a EMAR incorpora em suas dependências, além do Fundamental II Anos Finais, o Fundamental I Anos Iniciais.

O Governo Estadual também foi responsável pela implantação do Curso Pré-vestibular Universidade para Todos em Monte Gordo. Segundo o Camaçari Notícias (2012), o programa do governo estadual tem apoio direto da Prefeitura de Camaçari e funciona gratuitamente, direcionado para as pessoas da comunidade que estão cursando o 3º Ano do Ensino Médio ou concluíram na rede pública de ensino. O Curso Pré-vestibular Universidade Para Todos funciona de segunda a sexta-feira na Escola Municipal Amélia Rodrigues no turno Noturno e aos sábados no Colégio Estadual de Monte Gordo, no turno matutino.

O distrito possui ainda algumas escolas particulares que oferecem da Pré-escola até o 5º Ano. Somente uma escola particular em Monte Gordo oferece além do Fundamental I Anos Iniciais, o Fundamental II Anos Finais (do 6º ao 9º ano).

3.2.2 ESTABELECIMENTOS DE CULTURA

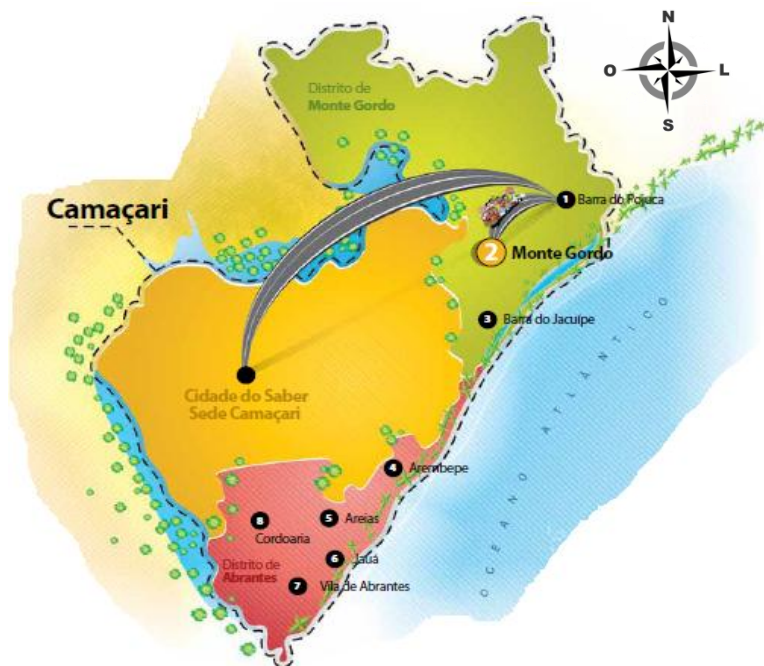
A Cidade do Saber, o principal polo de cultura da cidade de Camaçari, está situada na sua sede. De acordo com o site da Cidade do Saber, a instituição promove projetos de linhagem pedagógico-cultural-esportiva, envolvendo o do público infanto-juvenil à terceira idade. A efetivação dos projetos só é possível com a colaboração de parcerias entre as secretarias municipais com associações de bairros e lideranças comunitárias. Também, há interesse por parte do setor privado, artistas, agentes culturais alunos e professores de escolas públicas e outras instituições sociais visando inclusão social.

Além de apresentações e eventos a preços populares para todos os públicos, a Cidade do Saber disponibiliza cursos profissionalizantes e oficinas, na área esportiva e artística, para todos aqueles interessados. Como a demanda de pessoas é muito grande, exige-se que seja cidadão camaçariense e ainda assim é necessário fazer um cadastramento prévio e aguardar até que surjam vagas.

Por ser um equipamento cultural único e o município de Camaçari possuir várias localidades, a Cidade do Saber criou uma unidade móvel que as visita, divulgando os eventos e cadastrando para os cursos.

No caso de Monte Gordo, a Escola Municipal Amélia Rodrigues disponibiliza para os seus alunos aulas de música duas vezes na semana, no turno oposto ao que estuda, onde todos os instrumentos foram cedidos pela Cidade do Saber (violino, violão, saxofone etc.). Quando os alunos engajados nos projetos se apresentam no Teatro da Cidade do Saber, a prefeitura disponibiliza um ônibus para levar funcionários da escola, os alunos e seus familiares.

FIGURA 7 – Localização da Cidade do Saber em relação ao Distrito de Monte Gordo



Fonte: Bahia, 2010.

Em Monte Gordo não há equipamentos de cultura como bibliotecas, teatros, cinema ou museus e sim espaços de promoção da socialização para os moradores, como as praças, por exemplo, muitos bares e uma casa de show e por isso a importância da parceria entre a Cidade do Saber e a Escola Municipal Amélia Rodrigues, pois garante a oportunidade destes alunos de estarem engajados em projetos culturais e promove a integração destes com suas famílias, incentivando os pais a assistirem seus filhos ao disponibilizar ônibus que os levam até a sede.

3.2.3 ESTABELECIMENTOS DE ESPORTE

Monte Gordo possui um Ginásio de Esporte, localizado dentro da Escola Municipal Amélia Rodrigues, que nos fins de semana fica aberto à comunidade para utilização. Há também uma quadra poliesportiva (FIGURA 8) situada na entrada principal próximo a Guarajuba, nas imediações entre o Loteamento

Maria Pimenta e a Subestação de energia da Coelba, onde funciona uma Escolinha de Futebol. Algumas comunidades tem à disposição seus próprios campinhos de barro para a prática esportiva.

FIGURA 8 – Campo de Futebol Maria Pimenta



Fonte: Acervo próprio, 2010.

De acordo o perfil diagnóstico do Município de Camaçari, ainda não existe uma identidade formada com alguma modalidade esportiva, como acontece em outros municípios do Estado, e muitas das competições que ocorrem não são tão disseminadas na cidade, por falta de patrocínio para aperfeiçoamento e profissionalização da competição, por divulgação insuficiente ou até mesmo por falta de hábito dos munícipes em frequentar eventos esportivos.

3.2.4 INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Os equipamentos religiosos presentes em Monte Gordo são as Igrejas e capelas católicas sendo as principais localizadas no São Bento, Bom Jesus, Beco da Cebola e Estrada Velha de Monte Gordo. Os Templos evangélicos são em sua grande maioria, pois cada comunidade possui mais de um tipo de templo (Batista, Adventista, Testemunha de Jeová, etc) – Terreiros de candomblé e Casas de Axé de Umbanda, distribuídos principalmente na zona rural de Monte Gordo.

3.2.5 LAZER E ENTRETENIMENTO

De acordo com Bramante (1998) o lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado, materializado através de uma experiência pessoal criativa, de prazer e que não se repete no tempo/espço, cujo eixo principal é a ludicidade. Para o autor, sua vivência está relacionada à oportunidade de acesso aos bens culturais, os quais são determinados por fatores sociopolíticos e econômicos e influenciados por fatores ambientais.

Os equipamentos de lazer se dividem em duas nomenclaturas que são: específico e não-específico aos objetivos a que se destinam, geralmente sob comando de alguma instituição, organização ou grupo social. (BRUHNS, 2001; MARCELLINO, 2006). De acordo com os autores, estas denominações são dadas segundo as características físicas dos equipamentos, seu oferecimento e sua demanda e para Bruhns (2001) as organizações que oferecem o equipamento podem ser públicas, privadas ou mistas.

Segundo Marcellino (2006), os espaços especialmente concebidos para a prática das várias atividades de lazer são chamados de equipamentos específicos que variam conforme a sua dimensão. São estes: teatro, cinema (micro equipamentos de conteúdo cultural); centros comunitários (equipamento médio) e grandes parques, campings e colônias de férias (macro equipamentos polivalentes). Assim, não há em Monte Gordo equipamentos específicos de lazer.

Para Marcellino (2006) e Bruhns (2001) a rua, a casa, o bar, a escola e até mesmo o local de trabalho são exemplos de equipamentos não-específicos. Para os autores estes são espaços que foram planejados e construídos para uma determinada finalidade, que não o lazer, mas que pode ter a sua apropriação ampliada para outras atividades, sendo entendido então como um espaço possível da prática do lazer em momentos do tempo da existência pessoal e das interações sociais.

Em Monte Gordo, configura-se então como equipamentos não-específicos de lazer a Escola Municipal Amélia Rodrigues (FIGURA 9) sendo o principal cenário para as práticas de lazer dos jovens abordados nesta pesquisa. Fora da escola, como cenários para a atuação desses jovens se destacam: o Largo São Bento (FIGURA 10), onde está situada a escola e no Largo do Corujão (FIGURA 11), lugar central de passagem e ponto de referencia por aí estar situado grande parte dos estabelecimentos comerciais e de serviços; a Praça do Jacaré (FIGURA 12), onde está localizada a Escola Estadual de Monte Gordo e a Praça Bom Jesus (FIGURA 13), local onde acontece a Feira aos domingos e de

intenso movimento de transeuntes devido a sua recente revitalização, onde foi implantado um Parque Infantil e pontos de iluminação, propiciando o encontro de moradores para socialização.

FIGURA 9 – Escola Municipal Amélia Rodrigues



Fonte: Acervo próprio, 2012.

FIGURA 10 – Largo São Bento



Fonte: Acervo próprio, 2012.

FIGURA 11 – Largo do Corujão



Fonte: Acervo próprio, 2012.

FIGURA 12 – Praça do Jacaré



Fonte: Acervo próprio, 2012.

FIGURA 13 – Praça Bom Jesus (LAZER)



Fonte: Acervo próprio, 2012.

Outros pontos de integração coletiva estão situados na Praça da Cascalheira (FIGURA 14), que reúne os moradores da Cascalheira e do Itaipu e a Praça de Guarajuba (FIGURA 15), situada em Guarajuba, que fica em frente a Monte Gordo. A divisão entre Monte Gordo e Guarajuba se dá pela Estrada do Côco (BA 099), logo o acesso a esta Praça ocorre geralmente nos fins de semana ou quando tem algum evento que motive esse deslocamento. Há também locais de maior incidência de pessoas no verão como a Prainha do Jordão, que, apesar do nome dado pela população local, é um rio, a Praia de Guarajuba (FIGURA 16) e a Praia do Jenipabu, sendo que nestas o acesso é via condomínios particulares da elite, onde muitos destes jovens frequentam também por trabalharem nesses locais.

FIGURA 14 – Praça da Cascalheira



Fonte: Acervo próprio, 2012.

FIGURA 15 – Praça de Guarajuba



Fonte: Acervo próprio, 2012.

FIGURA 16 – Praia de Guarajuba



Fonte: Acervo próprio, 2012.

Assim, estes espaços possibilitam vivências e práticas das experiências dos jovens e são denominados coletivos por serem acessíveis a todos na medida em que todas as experiências de lazer ocorrem nestes espaços. Para Marcellino (2006), é possível se exercer atividades de lazer sem um equipamento, mas é impossível fazer um lazer sem a existência de um espaço. Para o autor, o espaço é entendido como suporte para os equipamentos e estes são compreendidos como os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade.

3.2.6 ESTABELECIMENTOS DE CONSUMO

De acordo com Ghizzo e Rocha (2009), os espaços de consumo, ou comércios, são produzidos pelos agentes capitalistas da produção espacial. Tratando-se da Feira (FIGURA 17) de Monte Gordo, que ocorre todos os domingos no Bom Jesus (FIGURA 18), esta desempenha a função de espaço de consumo mas configuram-se também como locais de consumo do espaço (CARLOS, 2002), que é onde as pessoas marcam encontros ou passeiam, sem que, necessariamente, realizem compra, sendo também um espaço para a prática do lazer da população local e dos visitantes. Registra-se aqui a importância da feira na renda do produtor rural e abastecimento da zona urbana.

FIGURA 17 – Feira



Fonte: Acervo próprio, 2012.

FIGURA 18 – Praça Bom Jesus (CONSUMO)



Fonte: Acervo próprio, 2012.

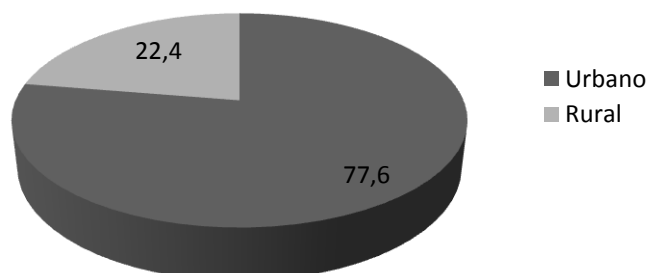
4 PERFIL DOS JOVENS DO ESTUDO

O questionário foi respondido por 49 jovens dos 83 que compõem o universo deste estudo. Seus dados pessoais e aqueles referentes à educação foram levantados através das respostas dadas as perguntas fechadas. Podendo-se constatar que, daqueles que responderam o questionário, 73,4% correspondem ao sexo masculino e 26,6% são do sexo feminino.

Somente 28,5% se declararam da cor negra enquanto 51% se consideram da cor parda, 12,2% correspondem a cor branca e ainda 8,3% declaram sua cor amarela. Através da observação livre pode-se constatar que a maioria destes jovens é de cor negra, mas não há um reconhecimento por parte destes e por isso não se assumem desta cor. Poder-se-ia inferir que aqueles que declaram ser da cor amarela estejam na categoria cor parda e uma grande parte daqueles que se consideram pardos, podem ser considerados negros.

Quanto a moradia, ao elaborar o questionário optou-se por dividir as localidades em duas colunas onde uma representava a zona rural e a outra a zona urbana. Logo, ao marcar a localidade que mora, o jovem passa a ter conhecimento da situação do seu domicílio (em que zona está localizado). Com isto, 77,6% dos jovens residem na zona urbana e 22,4% destes estão localizados na zona rural. As localidades abordadas no questionário correspondem aquelas que são beneficiadas pelo transporte escolar municipal e podem ser observadas no gráfico 2.

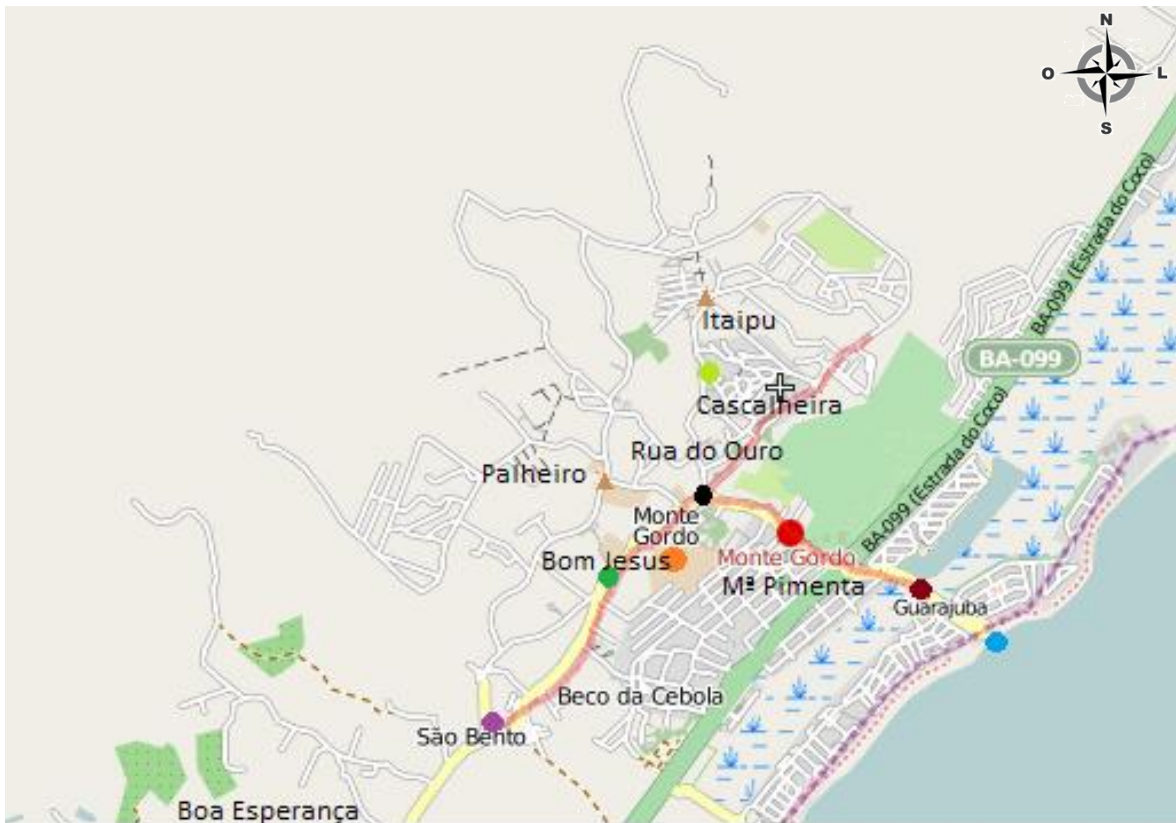
GRÁFICO 2 – Porcentagem de jovens por dispersão de localidades.



Fonte: Elaborado a partir dos dados obtidos nesta pesquisa.

Quanto aos jovens moradores da zona urbana, pode-se dizer que a maior parte (16,3%) mora no Beco da Cebola; 14,2% residem na Cascalheira; 12,2% residem no Itaipu; 8,2% estão localizados na Rua do Ouro e 4,1% estão situados no Maria Pimenta. Como foram dados como opção no questionário somente aquelas localidades que nomeiam os ônibus escolares disponibilizados pela prefeitura, a opção *outros* foi escolhida por 22,5% destes jovens moradores. Sobre os moradores da zona rural, as localidades de Coqueiro, Jordão e Boa Esperança foram apontadas por 6,2% dos jovens e 4,1% disse morar no Palheiro.

FIGURA 19 – Principais localidades do distrito de Monte Gordo



Fonte: Wikimapia, 2012.

A grande maioria dos jovens que compõem o universo deste estudo residem na zona urbana, afirmando a situação da transição do distrito, antes rural em sua totalidade, para um contexto mais urbano. Mas ainda assim, há famílias que mantem a sua moradia na zona rural principalmente devido ao fato do cultivo da terra e agricultura.

Todos os entrevistados moram com familiares sendo pai, mãe, irmãos menores ou maiores de 18 anos, avós, tios, primos, maridos ou esposas. Dos jovens, 26,5% não declararam o total da renda do seu domicílio; 42,8% possuem até 1 salário mínimo como renda familiar e 20,4% afirmam possuir até 2 salários mínimos; 2,2% declaram obter outros valores como total da renda do domicílio. Ainda, como complemento da renda familiar, 75,5% afirmaram ser beneficiado pelo programa Bolsa Família o que revela indiretamente uma situação de renda dependente dos programas sociais.

Quanto ao trabalho, 30,6% dos jovens declararam ter uma ocupação. E 51% dos jovens declararam possuir renda própria. 24,4% afirmam ter renda e ocupação e 20,4% destes jovens declararam não trabalhar, mas possuem renda própria. Ainda, 6,1% afirmaram trabalhar, especificou a renda, mas não explicou com o que trabalha. Este dado pode ser um indicativo relacionado ou a algum tipo de benefício dado pelos familiares como “mesadas” ou algum tipo de serviço que não possa ser claramente abordado por parte dos jovens. Os que não têm renda própria somam-se em 48,9%.

GRÁFICO 3 – Porcentagem de jovens segundo a Renda e a Ocupação

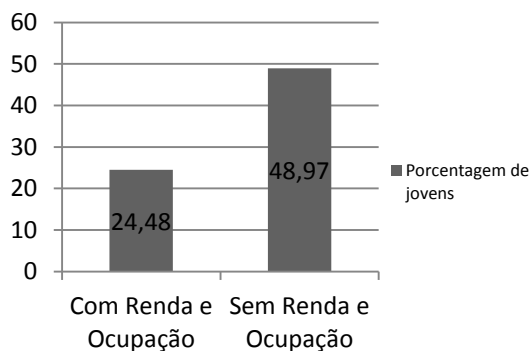
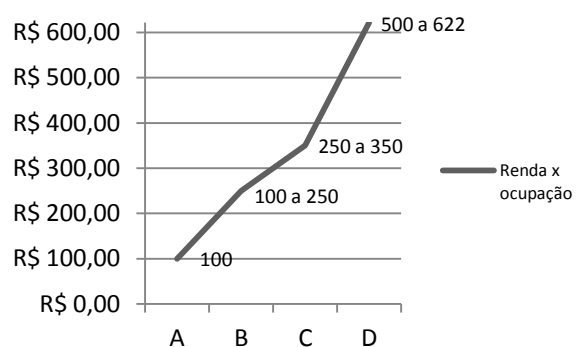


GRÁFICO 4 – Escala de renda segundo ocupação dos jovens



Fonte: Dados obtidos a partir da aplicação da metodologia.

Especificando as ocupações, na faixa de renda até R\$100,00, alguns jovens declararam ser ajudantes tanto de pedreiro, quanto na roça ou qualquer outro serviço que surgir, também foram citados levar crianças na escola (acompanhante), vendedora de acarajé e trabalhar no mercado (GRUPO A). Na faixa de R\$100,00 a R\$250,00, os jovens declaram estar ocupados sendo molhador de grama, caseiro e baiana de acarajé (GRUPO B). Entre R\$250,00 a R\$350,00, os jovens declararam encher caçambas de areia e estar vinculado como armador a uma montadora de antenas de televisão (GRUPO C). Apenas um jovem declarou receber de R\$500,00 a R\$622,00 como auxiliar de eletricista (GRUPO D).

Estes dados influem diretamente na apropriação por parte destes jovens nos espaços coletivos de Monte Gordo, pois são estes indicativos que determinam quais espaços serão utilizados para a prática do trabalho ou do lazer, conforme os dados obtidos através da renda e da ocupação. Para melhor entender estes dados, foi montado um quadro com questões abertas, que será discutido mais adiante.

Quanto a situação de estar inserido em algum grupo, 10,2% afirmaram fazer parte de grupo de dança; 4,1% declararam estar envolvidos em grupos musicais; 4,1% fazem parte de grupos comunitários e 10,2% estão engajados em grupos religiosos. Dos que realizam atividades em grupos, 26,5% fazem parte de grupos esportivos e 4,1% estão na categoria outros. 40,8% declaram não estar engajado em nenhum tipo de grupo por diversos motivos: porque não gosta (9%), porque dorme demais, porque não encontrou nenhum ainda (2%), porque tem que arrumar a casa (1%), porque não leva jeito (1%).

Outro dado que influencia na apropriação dos jovens diante dos espaços coletivos e conseqüentemente nas suas práticas, é quanto tempo passa na escola. 85,7% declararam passar um turno na escola, o turno vespertino que estudam. Os outros 14,3% frequentam além do seu turno, o turno oposto, se subdividindo em 8,2% que fazem parte do Programa Mais Educação, no qual passam tempo integral na escola e são beneficiados com reforço escolar de Português e Matemática, aulas de dança, jiu-jitsu e conteúdos relacionados à saúde (turno matutino já que estes alunos são do turno vespertino) e 6,1% fazem parte do Projeto Desporto, que envolve o aluno através da prática de esportes e formação de campeonatos dois dias na semana. (turno noturno).

É possível refletir, através de algumas respostas dadas por estes jovens, sobre o que Carrano (2003) define como grupos juvenis, que seriam configurações dos processos de identificação como busca ativa nas quais a consciência e o aprendizado das possibilidades de escolha tem um papel fundamental. Para o autor, essa busca identitária ativa do sujeito nas múltiplas redes tecidas no cotidiano das cidades se constitui num processo de aprendizagem em direção a autonomia.

Assim, fazer parte de um grupo exige uma autoconstrução/autoafirmação/autoestima da sua própria imagem perante as outras partes integrantes de um mesmo grupo. Quando o jovem assume não fazer parte de um grupo, não ter achado nenhum grupo de interesse ou afirma não levar jeito para isso constata-se a opressão abordada por Freire (2012) revelando um desprezo a si mesmo, desvalorização e interiorização de ser inferior. Esta sensação também se estende às práticas nos espaços coletivos, pois a partir do momento que este individuo não se sente parte pertencente a sociedade, há uma

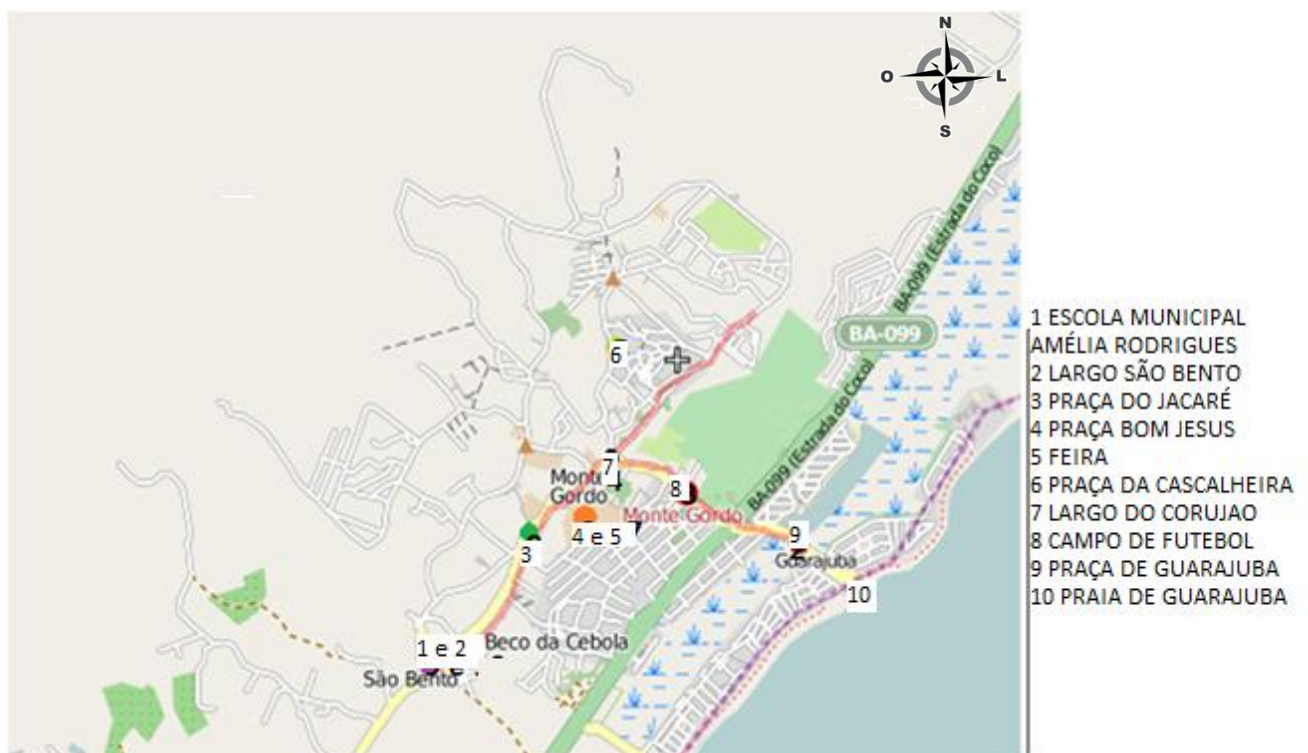
tendência de não identificação com estes espaços e total desconhecimento do que é ser cidadão ativo/participativo.

Os jovens engajados em grupos tendem a vivenciar mais estes espaços através das práticas de sociabilidade (SPOSITO, 1994), já que as interações sociais são mais consolidadas, influenciando diretamente na apropriação destes espaços, dotando-os de particularidades através de suas vivências.

5 CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DOS JOVENS NOS ESPAÇOS COLETIVOS

O levantamento e análise dos dados oferecidos pelos jovens de acordo as suas vivências e experiências resultadas da sua inserção nos espaços coletivos de Monte Gordo possibilitou separar categorias/atividades de acordo o local que são praticadas e a frequência que ocorrem essas apropriações. Através destes dados, pode-se constatar que as integrações sociais são moldadas a partir das relações que esses jovens desenvolvem na escola, nas praças nos locais de trabalho e outros espaços coletivos que servem de cenário para práticas de lazer, esporte, consumo, trabalho entre outras.

FIGURA 20 – Espaços coletivos de maior incidência das práticas dos jovens em Monte Gordo.



Fonte: Wikimapia, 2012,

São 10 espaços coletivos definidos a partir do levantamento direto com os jovens, onde a escola encabeça o cenário principal para o desenrolar das interações, apesar de estar inclusa somente na categoria ESTUDAR e PROGRAMA ESPECIAL, esta definida a partir do tempo que o aluno passa na escola de acordo os Programas oferecidos em tempo integral ou no turno oposto ao que estuda, influenciando diretamente na frequência da sua interação com os outros espaços, que ocorrerá com mais frequência durante os fins de semana, dias que não vai à escola.

QUADRO 2 – As práticas e os espaços coletivos onde ocorrem de acordo com o período do ano

PRÁTICAS	ESPAÇOS COLETIVOS	Nº DE FREQUENTADORES	PERÍODO DO ANO
ESTUDAR	Escola	46	De fevereiro a dezembro
PROGRAMA ESPECIAL	Escola	2	De fevereiro a dezembro
LAZER	Praia de Guarajuba	27	O ano inteiro
	Praça Bom Jesus	15	
	Largo do Corujão	15	
	Praça de Guarajuba	12	
	Praça da Cascalheira	11	
	Praia do Jenipabu	10	
	Largo do São Bento	6	
	Prainha do Jordão (rio)	5	
	Praça do Jacaré	4	
	Feira livre	4	
	Praça do Itaipu	4	
Campo de futebol M ^a Pimenta	3		
Outros espaços*	2		
Escola	1		
ENSAIO DE DANÇA	Largo do São Bento	1	O ano inteiro
	Praça de Guarajuba	1	
ATIVIDADE RELIGIOSA	Outros espaços	11	O ano inteiro
	Largo do São Bento	1	
ESPORTE	Campo de futebol	11	De fevereiro a dezembro
	Praça do Jacaré	1	
	Praça Bom Jesus	1	
	Praia de Guarajuba	1	
	Outros espaços**	1	
OBSERVAÇÃO	Praça do Jacaré	1	O ano inteiro
	Praça Bom Jesus	1	
	Praça da Cascalheira	1	
	Praça de Guarajuba	1	
CONSUMO	Feira livre	15	O ano inteiro
	Praça Bom Jesus 2	2	
TRABALHO	Praia de Guarajuba	4	Dezembro a Janeiro (Verão)
	Feira livre	2	O ano inteiro

* Camaçari, Salvador

** Campinho do Corre Nu

Fonte: Elaborado com base no levantamento dos dados obtidos através do questionário.

Na categoria ESTUDAR, 46 jovens afirmaram frequentar a Escola Municipal Amélia Rodrigues com o intuito de estudar e destes jovens somente 2 estão inclusos na categoria PROGRAMAS ESPECIAIS, oferecidos pela escola no turno oposto ao que estuda incentivando à prática esportiva ou dando reforço escolar.

Na categoria LAZER, 55,1% dos jovens afirmara frequentar a Praia de Guarajuba como principal espaço para a prática do lazer. 30,6% se dividem entre a Praça Bom Jesus e o Largo do Corujão. 24,4% frequentam a Praça de Guarajuba, onde 2 destes jovens declararam utilizar este espaço para ENSAIO DE DANÇA com o seu grupo. 22,4% frequentam a Praça da Cascalheira e 20,4% declararam frequentar a Praia do Jenipabu. A categoria OBSERVAÇÃO também pode estar inclusa no item LAZER, pois somente um jovem utilizou este termo para declarar as suas práticas nos espaços

coletivos como a Praça do Jacaré, a Praça do Bom Jesus, a Praça da Cascalheira e a Praça de Guarajuba. 3 jovens também declararam utilizar o Campo de Futebol Maria Pimenta na categoria LAZER.

De acordo com dados do levantamento, 24,4% dos jovens afirmaram praticar algum tipo de ATIVIDADE RELIGIOSA o ano inteiro, alguns dias na semana, principalmente no período noturno.

Na categoria ESPORTE, 22,4% declaram utilizar o Campo de Futebol do Maria Pimenta para a prática esportiva. Alguns jovens apontaram as Praças do Jacaré e Bom Jesus, a Praia de Guarajuba e um destes declarou praticar esporte em outros espaços.

Na categoria CONSUMO, 34,6% dos jovens declaram consumir na Feira e apenas 2 jovens declaram consumir no comércio, que acontece também aos domingos, na Praça Bom Jesus. Quanto ao TRABALHO, nesta categoria 8,1% declarou trabalhar na Praia de Guarajuba no período de Dezembro a Janeiro, que consiste no período de Verão, sendo esta a época em que as casas de veraneio de Guarajuba estão cheias de visitantes, gerando renda para a população local de Monte Gordo. 4% declararam trabalhar na Feira o ano inteiro, ajudando seus pais agricultores a vender os produtos cultivados na zona rural.

Através da aplicação do Grupo Focal¹¹ foi possível notar o desconhecimento perante termos como CIDADÃO, CIDADANIA, AUTONOMIA e MOBILIZAÇÃO SOCIAL. Entre alguns depoimentos é possível notar que os jovens não sabem o significado do que é ser cidadão e acham que não tem direitos, só o “dever de obedecer” e “ficar calado para não procurar confusão”. Alguns deles afirmaram não ser cidadãos porque “não tem título de eleitor para votar” e por “não gostar de política”.

A discussão encaminhou-se para o tema Cidadania, onde os jovens afirmaram que “cidadania é quando se sabe viver em grupo, no lugar onde mora”. Outros afirmaram também que “cidadania é

¹¹ O grupo focal foi formado através da adesão voluntária de 8 jovens, sendo que fora exigido destes que tivessem respondido anteriormente o questionário e que possuísem autorização prévia dos pais para saírem da escola nos horários vagos de aula ou na ausência de professor. A ação foi realizada na Praça São Bento, onde está localizada a escola. Os jovens sentaram em círculo de forma a facilitar a interação e a troca grupal e foi explicitada a necessidade do diálogo baseado em suas experiências cotidianas. Inicialmente, foi aplicada a dinâmica da “caixa de fósforos”, onde cada participante do grupo fala sobre si até que a chama do palito de fósforo se apague, e esta fez com que os jovens perdessem o nervosismo inicial. Os encaminhamentos quanto ao tema foram iniciados (objetivos da pesquisa, o porque da escolha destes jovens para a pesquisa, papel do moderador) e a medida que a conversa era entabulada, os pontos de vista iam se influenciando, incentivando a participação dos membros do grupo e distanciando a fala do moderador, que passa a escutar e orientar a discussão. A ação durou em média 1 hora e 15 minutos e os registros foram digitados num netbook, já que os jovens optaram anteriormente não quererem ser gravados nem filmados.

respeitar os outros” ou ainda que “cidadania é respeitar todas as leis”. Percebe-se uma preocupação constante em estar na legalidade da lei, mas não há conhecimento de quais leis seriam estas. Em um dos discursos foi apontado que “a prefeitura que é a dona de Monte Gordo, porque cuida de tudo e ninguém precisa se preocupar” e um outro jovem rebateu que “a gente é que é dono daqui, mas ninguém cuida porque não quer ter trabalho com isso... eu não tenho saco pra isso!”

Ao ser levantada a questão do lazer como direito social que pode atuar como alavanca da transformação social (MARCELLINO, 2006) dos jovens, muitos expressaram que “em Monte Gordo não tem lazer porque não tem shoppings, clubes, parques nem cinema, só tem praia”. Os jovens entenderam como transformação social a transição do estado de juventude para o ser adulto e afirmaram que pretendem “ficar ricos para serem respeitados, porque ninguém dá valor a quem é pobre”. Com essa afirmação, nota-se que há uma preocupação com um futuro e alguns almejam mudança e tendem a planeja-la a partir de uma motivação pessoal, que depende de fatores como a relação com a família, por exemplo.

A discussão foi encaminhada para a falta de oportunidades de mudanças e foi citado novamente a “falta do que fazer em Monte Gordo”. Os espaços de socialização existem, mas os jovens demonstraram querer participar de atividades nestes espaços. Dayrell (2007) apontam que, comumente, a falta, a precariedade ou a má apropriação dos espaços públicos e equipamentos sociais de lazer nos bairros de periferia das cidades prejudicam especialmente aquelas pessoas identificadas em situação de risco e vulnerabilidade social, privando-as de práticas de lazer que estimulem a sociabilidade, a criação, a liberdade e o desenvolvimento integral do ser humano.

Nota-se nestes depoimentos que há uma distancia entre o ser praticante e o ser habitante da localidade. Não há envolvimento de atores sociais na construção de uma comunidade participativa. Há uma postura de omissão perante a “Prefeitura” como forma de não se responsabilizar nem se engajar em situações que viabilizem uma melhor qualidade de vida destes jovens. De acordo com Nunes (2002), o ato de se engajar em discussões acerca do futuro da cidade implica exercício ou aprendizagem da cidadania, configurando-se um incentivo a formação do cidadão a partir da participação.

Quanto a autonomia, a maioria revelou que “autonomia é não depender dos pais pra nada”, “é ter dinheiro pra comprar o que quiser”, “é não dar satisfação a ninguém”, “é ser livre e não ter regras”. A autonomia é aqui entendida como um principio do agir livre, inconsciente e despreocupado, sem

compromisso. Ao serem questionados sobre o seu papel como um dos agentes de transformação social um dos jovens respondeu que “não sabe fazer isso porque é muito novo ainda”.

Nesse cenário, pode-se buscar nas palavras de Paulo Freire (1985) a constatação da “consciência mágica”, onde a realidade é captada dotada de um poder superior, que a domina de fora e a que tem de submeter-se com docilidade. O autor afirma que é próprio desta consciência o fatalismo, que leva ao cruzamento dos braços, à impossibilidade de fazer algo diante do poder dos fatos.

É notável que esse jovens se sentem desvalorizados, sem a devida percepção da sua importância individual na vida da comunidade de que faz parte. Sua autoestima, autoconfiança, seus valores, iniciativa e visão de mundo precisam ser mais especuladas através da participação. Também, este jovem não se enxerga como agente de transformação que influencia as suas relações sociais e beneficia a vida da comunidade a partir do seu envolvimento com questões que são primordialmente suas.

Quanto a mobilização social, houve um equívoco por parte dos jovens que entendiam este termo como mobilidade social e alegaram que é “poder subir na vida”, “ganhar dinheiro” . Alguns relataram que fica difícil “subir na vida” devido a ausência de atividades culturais e esportivas e mobilidade restrita a comunidade que mora. Depois de explicada melhor a temática, alguns jovens declaram ter vontade de se engajar em ações coletivas, mas não sabia quais e outros demonstraram interesse em ajudar a comunidade, mas não sabia como.

O mais importante nesta fase da pesquisa é considerar as vivências e o conhecimento de mundo dos sujeitos envolvidos, valorizando o seu conhecimento individual e estimulando atitudes que influenciem a sua participação na vida em sociedade, despertando o sentimento de pertencimento e participação a partir das suas práticas nos espaços coletivos de experiência.

Através da análise destes dados o que se percebe é o que Martins (2006) aborda sobre a não construção da cidadania devido à falta de políticas públicas que motivem esses jovens a não somente utilizar de um espaço sem a reflexão da atividade em que se está executando. Para Carrano (2003) o espaço é educativo devido as relações sociais que nele se produzem e se inscrevem mas para isso esse jovem mais “praticante” do que “habitante” (CARRANO, 2003), deve estar ciente das práticas concretas como habitantes da cidade, onde o espaço é uma relação social, material e simbolicamente

construído, praticado e legitimado. O que ocorre na verdade é a falta de reflexão acerca do papel que cada indivíduo pode e deve exercer na sociedade (NASCIMENTO, 2012).

Percebe-se ainda que há um desconhecimento quanto o grau de autonomia que cada um possui seja na conduta individual seja na ação em grupo. De acordo com SOUZA (2010), a autonomia individual consiste na capacidade de cada indivíduo estabelecer metas para si próprio com lucidez, persegui-las com a máxima liberdade possível e refletir criticamente sobre a sua situação e sobre as informações que dispõe. Quanto a autonomia coletiva, o autor parte das instituições sociais que garantam a justiça, a liberdade e a possibilidade do pensamento crítico (ausência de opressão e horizontalidade de uma classe ou grupo social sobre outro) visando justiça social e qualidade de vida.

Para Carrano (2003) a juventude consiste na busca de autonomia, num mundo social cujas normas, regras e valores não foram completamente assimiladas ou recusadas e por isso tenderiam a incorporar determinado potencial para a mudança. Para o autor deve haver uma busca ativa, por parte dos jovens, nas quais a consciência e o aprendizado das possibilidades de escolha tem um papel fundamental. Essa busca indenitária ativa do sujeito nas múltiplas redes tecidas no cotidiano das cidades se constitui num processo de aprendizagem em direção à autonomia.

Para que esse processo seja eficaz, se faz necessária a participação da escola como principal polo de formação deste sujeito ativo. Para Nascimento (2012), a escola tem um significado social no processo de formação humana formando seres autônomos, críticos e reflexivos através da inserção de práticas socialmente responsáveis possibilitando a reflexão acerca do papel que cada indivíduo pode e deve exercer na sociedade. Para a autora, deve-se atentar para a formação de alunos críticos e reflexivos, capazes de articular ações para o bem comum viabilizando a inclusão das práticas de responsabilidade social na rotina escolar, possibilitando que todos tenham conhecimento da dimensão que tais ações podem influenciar na sociedade.

Trata-se aqui educação como um ato de intervenção no mundo (FREIRE, 1996) onde ser cidadão (e ser indivíduo) é algo que se aprende (DAMATTA, 1997) e cada um desses jovens que compõem o universo da escola é fruto de um conjunto de experiências vivenciadas nos mais variados espaços sociais (DAYRELL, 2007).

Bauman (2003) utiliza o termo comunidade ética para definir uma comunidade tecida de compromissos de longo prazo, de direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis, que, graças à sua durabilidade

prevista pudesse ser tratada como variável dada no planejamento e nos projetos de futuro. Para o autor, os compromissos que tornariam ética a comunidade seriam do tipo do “compartilhamento fraterno”, reafirmando o direito de todos a um seguro comunitário contra os erros e desventuras que são os riscos inseparáveis da vida individual.

De acordo com Bauman (2003), se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e de responsabilidade em relação aos direitos iguais de ser humano e igual capacidade de agir em defesa desses direitos. Assim, formar o indivíduo para que saiba reconhecer as especificidades geográficas, econômicas e sociais (COHEN; FRANCO, 2007) da sua comunidade para saber o que reivindicar deve ser o papel principal da escola como principal espaço coletivo das práticas destes jovens, assim como escutar e valorizar os saberes socialmente construídos em suas práticas comunitárias (FREIRE, 1996).

Este trabalho busca incentivar a escola, como espaço de convivência do cidadão, que, de acordo com Melo Neto (2001), deve ser influenciada diretamente pelos valores que lhe cabem e fortalecido de ações de responsabilidade social que colaborem para a melhoria do ambiente em que se está inserido, onde o coletivo possa ser alvo das ações de cidadania, onde as diferenças possam ser vistas como mecanismos essenciais a promoção de pessoas e nunca como objeto de discriminação ou preconceito.

Para Melo Neto (2001), a cidadania, além do ser o conjunto de direitos e deveres, noção de coletividade, de práticas que ultrapassem o campo do eu e se prolongue ao ser coletivo, é uma ação transformadora, uma forma de inserção social e intervenção direta em busca de solução de problemas sociais. Assim, a prática da responsabilidade social tem como objetivo promover o desenvolvimento do cidadão e estimular a cidadania coletiva e individual estendendo suas ações para todos que participam da vida em sociedade influenciando assim a mobilização social.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho constitui uma contribuição para o entendimento e reflexão sobre as vivências e sociabilidade dos jovens nos espaços coletivos na busca de alternativas que possibilitem a ampliação do exercício da cidadania e o engajamento nas questões coletivas por parte desses jovens. A partir disto, pode-se afirmar que o contato com esses jovens para a construção desta pesquisa representa uma dinâmica que potencializa mutuas transformações entre sujeitos envolvidos neste estudo. O processo de entendimento e construção das reflexões materializa um momento de repensar a interação, as vivências e a sociabilidade nos espaços coletivos e a partir deste diálogo foi possível colocar em discussão questões como cidadania, constatando-se potencialidades para o engajamento nas questões coletivas.

Nota-se que a origem desses jovens (zona rural ou zona urbana) não influencia suas práticas, mas as condiciona a determinados espaços. De igual forma, sua situação sócio econômica, definida a partir das condições de vida da família ou pela ocupação que exercem, reflete-se nas relações sociais e forma de apropriação dos espaços coletivos. Justamente, em decorrência disto, pode-se afirmar também que os níveis de cidadania são baixos devido à escassa reflexão das suas ações desenvolvidas nos espaços e à falta de reconhecimento de si mesmos como sujeitos sociais.

O estudo permitiu constatar que a utilização do espaço é demarcada pelo fator tempo, pois há períodos do ano em que se pode desfrutar mais de certos espaços em virtude das características e equipamentos. O fato dos jovens terem, a princípio, uma maior disponibilidade de tempo livre contribuiria para que eles desfrutem mais dos espaços coletivos, revelando nestes a sua autonomia e expressividade por estarem pondo em prática suas ações, ainda que seja este um ato inconsciente, perante a comunidade e para eles mesmos.

Contudo pode se observar, a partir do levantamento realizado que há uma tendência a concentrar as ações ou valorizar a interação realizada no espaço escolar. De fato o estudo foi motivado pela observação deste fenômeno e, de igual forma, a escola é referência e cenário principal para as discussões entre os grupos efetivando-se como espaço que poderia promover a autonomia e integração coletiva.

Como contribuição principal, sublinha-se que há potencial para que esses jovens possam exercer cidadania – desde que essa seja encarada como algo natural e presente onde quer que existam sociedade, sujeitos pensantes e atuantes como afirmado pelos autores referenciados.

A intensa relação com os espaços coletivos locais, nos quais os jovens desenvolvem suas principais práticas de estudo, lazer, esporte, consumo e trabalho, potencializariam, de um lado, o entendimento e valorização daquilo que é comum a todos eles e, de outro, a consciência de que ele é parte integrante e também responsável por aquele espaço e que, inclusive, este depende da sua ação para continuar se mantendo e se moldando conforme às suas práticas de apropriação e utilização.

O estudo também permite verificar que falta assumir, por parte de instituições educativas e sociais em geral, práticas de incentivo, estímulo ou fortalecimento do sentimento de pertença e o exercício de práticas de interação nos espaços coletivos de forma a despertar nos jovens o seu potencial de cidadãos mobilizados.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287: informação e documentação – Projeto de Pesquisa: Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BALTRUSIS, Nelson; SMITH, Sandra Cristina Galvão. Rede de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos: Camaçari, Bahia. 2009. Disponível em: http://web.observatoriodasmetropoles.net/planosdiretores/produtos/ba/BA%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20PDP_Cama%C3%A7ari_jun_2010.pdf, Acesso em 18 de outubro de 2012.

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BOAVENTURA, Edivaldo. Como ordenar as ideias. São Paulo: Ática, 2002.

BRAMANTE, A. C. Lazer: concepções e significados. Revista Licere do Centro de Estudos de Lazer e Recreação, Belo Horizonte: UFMG, 1, n.1, 1998.

BRANDÃO, M. C. B.; SILVA, B. C. M. N. Mudanças e impactos do lazer e turismo em *Monte Gordo* e Guarajuba - Região Metropolitana de Salvador/Bahia, 2007.

BRUHNS, Heloisa Turini. Reflexões entre a relação entre lazer e consumo. in: WERNECK, Christianne Luce Gomes (org.). O lazer em debate. Belo Horizonte: Celar, 2001.

CAMPOS, A. C. A cidade, espaço de conviência. *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. IX, nº 546, 15 de noviembre de 2004.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis: Vozes, 2003.

CARLOS, A. F. A. O Consumo do Espaço. In *Novos Caminhos da Geografia*. Org: Ana Fani Carlos, S.,o Paulo: Contexto, 2002

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.

CARLOS, A. F. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARREIRA, Carla Andrade. A urbanização da leishmaniose visceral, associada à ocupação desordenada em ecossistemas costeiros no Distrito de Monte Gordo/ Camaçari - Bahia/ Carla Andrade Carreira. – Salvador, 2011.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Gestão Social: como obter eficiência e impacto nas políticas sociais. Brasília, 2007.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Educação e Sociedade. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>, Acesso em: 21 de Julho de 2012.

DAMATTA, Roberto. A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. 16ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. (Orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

GATTI, Bernadete Angelina. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Líber Livro, 2005.

GOFFMAN, Erving. *Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARVEY, D. A experiência do espaço e do tempo - In *Condição pós-moderna*, São Paulo: edições Loyala, 1992.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico 2010 (SIDRA). Disponível em: www.ibge.gov.br, Acesso em 17 de outubro de 2012.

KLEIN, Ana Maria; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. A escola frente às novas demandas sociais: educação comunitária e formação para a cidadania. São Paulo, 2000.

MAGALHÃES, Layunne Maria Carvalho. A importância da rádio comunitária na prestação de serviços ao distrito de Monte Gordo – Camaçari. Salvador, 2010.

MARCELLINO, N. C. O lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, H. & LINHALES, M. A. (Orgs.) *Sobre lazer e política. Maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, S. Lazer, urbanização e os limites da cidadania. In: ISAYAMA, H. & LINHALES, M. A. (Orgs.) *Sobre lazer e política. Maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MAUSS, M. 1974 [1923-24]. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo : Edusp.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 4. São Paulo: Atlas, 2000.

MELO NETO, Francisco Paulo de e FROES, César. Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MELUCCI, Alberto. Juventude, Tempo e Movimentos Sociais. Revista Brasileira de Educação nº 5 -6. São Paulo, ANPED, 2001.

NASCIMENTO, Sulenir Cândida da Silva. Planejamento e Responsabilidade social na educação: contribuindo para a formação de alunos socialmente responsáveis. Disponível em: <http://sulenir.blogspot.com/2010/02/planejamento-e-responsabilidade-social.html>. Acesso em: 08 de agosto de 2012.

NUNES, Débora. Pedagogia da participação: trabalhando com comunidades; tradução Ciro Sales; Salvador: UNESCO/Quarteto, 2002.

RIBEIRO, L. C. Q., KAZTMAN, Ruben (Org.) A cidade contra a Escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008, v.1. 367p.

RIBEIRO NETO, João Batista M. et al. Normalização de Sistemas de Gestão e seus Impactos sobre as Organizações. Fundamentos dos Sistemas de Gestão. Sistema de Gestão da Qualidade. In: Sistemas de Gestão Integradas: qualidade, meio ambiente, responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008, p. 16 a 73.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. São Paulo: Atlas 2011.

RODRIGUEZ G., Martha C. La Escuela: el Primer espacio de Actuacion Publica del Niño. Santafé de Bogotá, Fundación Social - Programa de Comunicación Social, 1994.

SOBRAL, Léa Ester Sandes. Complexidade Territorial E Desenvolvimento:Tendências e Perspectivas da Urbanização no Litoral de Camaçari / Bahia / Brasil. Barcelona, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Planejamento urbano e ativismos sociais. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2006

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. São Paulo, Revista Tempo Social, vol. 5 números 1-2, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, 1994.

SPOSITO, Marília Pontes. Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura. USP, Educação e Pesquisa, São Paulo, v.36, n. especial, 2010.

STEINER, Dietmar. "A Diary of Disney's Celebration", in Domus, Nº787, nov.1996, pp.43-52.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte Furquim. Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação. Brasil, UNICEF, 1996.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.32, n.2, p. 241-260, maio/ago. 2006

_____. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. *Sociologias*, v. 7, n. 13, p. 260-300, jan./abr. 2005

ZALUAR, A. *Cidadãos não vão ao paraíso: juventude e política social*. São Paulo: Unicamp, 1994

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO

A DADOS PESSOAIS

1 FLUXO IV () A () B () C

2 SEXO: () M () F

3 IDADE: () 14 anos () 15 anos () 16 anos

4 COR: () negra () parda () branca () amarela () não sabe

5 ONDE MORA?

Parte Urbana:

() Beco da Cebola

() Maria Pimenta

() Rua do Ouro

() Itaipu

() Cascalheira

() Outro. Qual? _____

Parte Rural:

() Várzea da Meira

() Palheiro

() Jordão

() Boa Esperança

() Coqueiro

() Outro. Qual? _____

6 PESSOAS QUE MORAM COM VOCÊ – Total _____

() Pai

() Mãe

() Irmãos – menores de 18 anos

() irmãos – maiores de 18 anos

() avós

() tio(a)

() primo (a)

() marido/esposa

() moro sozinho

() outros _____

7 TOTAL DA RENDA NO SEU DOMICILIO (somando o que ganham as pessoas com que você mora)

() até 1 salário mínimo – R\$ 622,00

() até 2 salários mínimos – R\$ 1244,00

() até 3 salários mínimos – R\$ 1866,00

Bolsa Família: () sim () não

() até 4 salários mínimos – R\$ 2,488,00

() não sei

() outros _____

8 Você trabalha? () sim em que? _____ () não

7 RENDA PRÓPRIA:

() até R\$ 100,00 mensais

() de R\$ 100,00 a R\$ 250,00

() de R\$ 250,00 a R\$ 350,00

() de R\$ 350,00 a R\$ 500,00

() de R\$ 500,00 até R\$ 622,00

() mais de um salário

9 TEM FILHOS? () sim, quantos? _____ () não

10 VOCÊ FAZ PARTE DE ALGUM GRUPO?

() sim, qual?

() de dança

() musical

() comunitário

() étnico

() esportivos

() religioso

() outros _____

() não, por que? _____

B DADOS SOBRE EDUCAÇÃO E ESCOLA

1 Coloque o número das pessoas que moram com você segundo a escolaridade

Analfabetos _____

Primário _____

concluíram a 8ª série _____

não sei _____

Fundamental II incompleto _____

Segundo grau _____

Nível superior _____

2 Quanto tempo costuma passar na escola:

() apenas no turno que estudo

() dois turnos, pois participo do Programa Mais Educação e frequento também o turno oposto ao que estudo.

() dois turnos pois realizo trabalho voluntário em outros setores da escola

() dois turnos, pois participo do Projeto Desporto e frequento também o turno noturno

() dois turnos, pois costumo frequentar o turno oposto ao que estudo por não ter nada para fazer em outro local.

() mais de dois turnos

C. QUADRO SOBRE USO DOS ESPAÇOS COLETIVOS

Considerando os espaços coletivos abaixo, escreva as atividades que você costuma praticar observando o período, o turno e a frequência que acontecem estas atividades.

n	ESPAÇOS COLETIVOS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	PERÍODO DO ANO		TURNO			Sempre Freqüente	Freqüente pouco	Não Freqüente
			Dezembro a Fevereiro	Março a Novembro	MANHÃ	TARDE	NOITE			
1	Escola Municipal Amélia Rodrigues -									
2	Largo do São Bento -									
3	Praça do Jacaré -									
4	Praça Bom Jesus -									
5	Feira livre -									
6	Largo do Corujão -									
7	Praça da Cascalheira -									
8	Praça do Itaipu -									
9	Prainha do Jordão (rio) -									
10	Praça de Guarajuba -									
11	Praia de Guarajuba -									
12	Praia do Jenipabu -									
13	Campo de futebol (Maria Pimenta) -									
14	Local religioso (Qual?) -									
15	Outros espaços (Qual?) -									
16	Outras comunidades -									

SE QUISER FAZER ALGUM COMENTÁRIO OU ESCLARECER ALGUMA DAS QUESTÕES, REGISTRE AQUI:

Obrigada pelas respostas. Contaremos com a sua participação na aplicação da próxima atividade. Até breve!

